



*SOCIALISMO
E LIBERDADE*
PSOL 50

PROGRAMA DE GOVERNO

Governador ANDRÉ LUIZ MOREIRA

Vice Adriana Maria Gonçalves Faroni

Coligação PSOL / PCB

Eleições 2018-ES

APRESENTAÇÃO

As propostas do PSOL para Governar o ES que ora apresentamos a sociedade capixaba foram elaboradas a partir de um processo democrático e participativo que envolveu contribuições de militantes do Partido, diversos segmentos organizados da sociedade e representantes do funcionalismo público.

Para nós, o processo é tão importante quanto o resultado. Por isso, durante o período que se abre com a campanha eleitoral daremos continuidade ao debate. Entendemos que é papel das organizações políticas convidar a sociedade para participar dessa construção, apresentando sua visão de mundo, opções estratégicas e princípios que devem balizar suas ações.

Este é um texto inicial, síntese de um trabalho feito a muitas mãos. Mãos de militantes sociais, profissionais, servidores públicos, trabalhadores de vários segmentos, acadêmicos. Queremos que estas mãos se multipliquem!

Neste sentido, essa plataforma política, ainda em debate, deve expressar os anseios do povo capixaba e de milhares de pessoas que estão indo para as ruas, indignadas com essa velha política e lutando por mais direitos e liberdades. Ela está estruturada a partir de três grandes eixos:

Serviço Público e Garantia de Direitos (Gestão Democrática, Participação Popular e Transparência, saúde, educação, cultura, direitos humanos, segurança pública, sistema de justiça, transporte público).

Governar sem Oprimir (mulheres, negras e negros, Aposentados/idosos, infância/juventude, População LGBTQ, crianças, adolescentes, povos indígenas).

Economia a Serviço do Povo (sistema econômico e industrial do Estado, finanças públicas, sistema tributário e combate à evasão fiscal, distribuição de royalties, impactos da indústria da extração de petróleo, agricultura, saneamento, recursos hídricos, habitação, sistema financeiro).

Vamos ao Debate!

Coligação PSOL / PCB, e colaboradores populares.

SUMÁRIO

EIXO 1 – SERVIÇO PÚBLICO E GARANTIA DE DIREITOS	04
1.1 Gestão Democrática, Participação Popular e Transparência.....	04
1.2 Concurso e valorização do servidor para melhor atender a população	05
1.3 Saúde	06
1.4 Educação	14
1.5 Cultura	21
1.6 Direitos Humanos	23
1.7 Segurança Pública	25
1.8 Sistema de Justiça	30
1.9 Transporte Público e Mobilidade Humana	32
EIXO 2 – GOVERNAR SEM OPRIMIR	34
2.1 Mulheres	35
2.2 Combate ao racismo e contra a opressão dos negros(as)	37
2.3 Em defesa dos aposentados e idosos	41
2.4 Infância e Juventude são expressões essenciais da vida social	41
2.5 População LGBTQ: pela livre expressão sexual	43
2.6 Povos Indígenas	46
EIXO III – ECONOMIA A SERVIÇO DO POVO	47
3.1 Investir em Ciclos Produtivos locais e sustentáveis	52
3.2 Serviços para gerar emprego e aproveitar nossos potenciais	53
3.3 Um modelo agrícola que atenda às necessidades da população	54
3.4 Terra para quem nela trabalha! Em defesa da democratização do campo ..	55
3.5 Um Turismo Sustentável.....	56
3.6 Meio Ambiente: Numa perspectiva ecológica popular e socialista	57
3.7 IEMA: Órgão estratégico para o modelo de desenvolvimento defendido Pelo PSOL	59
3.8 Pelo efetivo reconhecimento do acesso a água e ao saneamento como direito humano fundamental	64
3.9 Habitação	67
3.10 Sistema Financeiro Estadual	68

EIXO 1 – SERVIÇO PÚBLICO E GARANTIA DE DIREITOS

1.1 Gestão Democrática, Participação Popular e Transparência.

O processo democrático e de participação exercitado na construção da Plataforma do Programa terá continuidade e se aprofundará durante o Governo do PSOL

Para o Partido, a democracia representativa na qual o povo elege seus representantes políticos é uma conquista importante da sociedade brasileira, mas é insuficiente e limitada do ponto de vista de garantir a efetivação do real poder da maioria da sociedade.

Assim, governar para o PSOL só faz sentido se for para viabilizar políticas públicas que atendam efetivamente às reais demandas e necessidades humanas da maioria da população e se servir para impulsionar condições concretas para que o povo se fortaleça enquanto a principal força política transformadora e protagonista das lutas por um novo projeto de sociedade, o socialismo.

Trata-se de devolver para a população um espaço que é seu, mas que ao longo dos anos foi apropriado pelas elites e grupos de interesses, no sentido de garantir seus benefícios, barganhas e práticas de corrupção.

A instituição e consolidação de mecanismos para viabilizar o exercício da democracia direta e participativa pelo povo é um compromisso político a ser efetivado pelo Governo do PSOL. Alguns deles, já existentes, precisam ser resgatados, ampliados e transformados em estratégias que assegurem verdadeiramente a possibilidade de um real controle político da sociedade sobre as ações do Estado. Através deles é possível se desencadear um amplo e intenso processo de mobilização e de educação política, tendo em vista o fortalecimento da auto-organização e do poder popular.

As instâncias participativas existentes em algumas áreas do Governo do ES, a exemplo dos Conselhos e Conferências de Políticas Públicas, encontram-se completamente desestruturadas e esvaziadas enquanto espaços de debate, deliberações e decisões. O (des)governo de Paulo Hartung, assim como o de seus antecessores, retirou todo e qualquer poder decisório dessas instâncias. Vamos resgatá-las como espaços de debate, formulação, planejamento e controle da execução das políticas públicas, dotando-os de uma estrutura adequada ao seu funcionamento democrático, garantindo a ampliação da sua representatividade social e seu poder de decisão.

Além dos Conselhos e Conferências, ativaremos todo um sistema integrado de participação e controle popular, incluindo referendos, plebiscitos, seminários, mesas de diálogo, fóruns de debate, audiências públicas, ouvidorias, orçamento participativo e conselhos de servidores, de forma a assegurar transparência administrativa, democratização radical do exercício da máquina pública e a apropriação coletiva do Estado.

Propomos ainda a retomada da proposta de Orçamento Participativo em novos moldes, considerando que as poucas experiências até hoje realizadas no Estado foram limitadas, formais e superficiais. Queremos ir muito além, abrindo espaço para que a população

possa pensar e tomar decisões sobre as questões mais estratégicas do Governo e as prioridades na aplicação dos recursos públicos.

O Governo do PSOL irá convidar a população para debater e decidir não somente sobre as prioridades dos investimentos públicos, mas também para pensar e decidir sobre um projeto amplo e estratégico para o ES que queremos construir. Tudo isso será assegurado a partir de um amplo processo de debate e planejamento participativo, com realização de assembleias e congressos em todo o território do ES.

O Governo irá manter transparência total, com publicidade rotineira dos recursos públicos arrecadados e de sua aplicação, bem como de todas as ações governamentais. Garantirá o acesso à informação e ao conhecimento público sobre aquilo que historicamente só é permitido à grupos das elites dominantes e à tecno-burocracia que lhes servem na gestão do aparato estatal.

Vai também fortalecer a atuação dos órgãos de controle e instituições especializadas em implementar medidas de prevenção e combate à corrupção, como polícias, corregedorias e Ministério Público, trabalhando para assegurar a ação conjunta e focada desses organismos.

Logo no primeiro mês de governo, será realizada uma auditoria cidadã nas contas públicas, estendendo-se a todos os órgãos públicos da administração direta e indireta, com ampla publicidade às informações encontradas.

1.2 Concurso e valorização do servidor para melhor atender a população

Verificamos nos últimos anos no Brasil, uma intensa campanha para desqualificar o serviço público, tratando-o como locus de corrupção e desordem. Por outro lado, os salários foram desvalorizados, garantias foram revistas ou reduzidas, os planos de carreiras não contemplam os anseios das categorias, falta estrutura para desenvolvimento das funções e valorização aos profissionais.

No Estado do ES, o quadro do funcionalismo em março de 2018 era composto por 51.620 servidores ativos. Deste total, 17.975 (34,82%) eram funcionários em Designação Temporária (DTs). O número de DTs, entre fevereiro e março/18 cresceu em 11,69%.

Deste número de ativos, 5,69% eram exclusivamente comissionados, porém 59,48% eram funcionários efetivos/celetistas que também ocupavam cargos comissionados ou funções gratificadas (SEGER, 2018).

O excesso de cargos comissionados e funcionários em designação temporária afeta a qualidade do serviço público e descontinuidade das políticas. Por isso, o PSOL defende o servidor público efetivo e valorizado, como sujeito estratégico no atendimento qualificado às demandas da população.

Propomos:

- Promoção de concurso público em todas as áreas do serviço público, restringindo as contratações temporárias apenas aos casos emergenciais, conforme determina a legislação;
- Definição de Data-Base do funcionalismo
- Aumento real do salário dos servidores, assegurando sua recomposição integral frente à inflação dos últimos anos;
- Garantia de condições adequadas de trabalho em todas as instituições públicas de forma a atender com dignidade a população;
- Revisão e implementação dos planos de carreiras e regulamentação do auxílio-creche e do adicional insalubridade;
- Estabelecimento de diálogo permanente com os servidores, por meio de consultas e negociações com o sindicato e as associações profissionais da categoria, conforme já estabelecido na Lei Complementar 046/1994;
- Implementação de planos de formação e qualificação permanentes, adequados às necessidades dos servidores e dos usuários dos serviços públicos.
- Estabelecimento de critérios baseados no saber técnico e de representatividade para a nomeação de servidores nos postos de chefias.

1.3 Saúde

Compreendemos a saúde a partir de uma perspectiva ampla, socialmente construída e materializada no espaço onde as pessoas vivem, onde as pessoas se relacionam, constroem laços afetivos, se transformam e transformam o mundo. Saúde não significa apenas ausência de doença, ao contrário, articula-se com várias dimensões da vida:

Saúde é natureza - ao agredir a natureza, agredimos não só uma possibilidade de continuidade da vida, de destruição de várias existências de plantas e animais, também agredimos o corpo diariamente com os agrotóxicos, com a água poluída, com doenças infecto-contagiosas causadas pela poluição e falta de saneamento.

Saúde é educação - uma sociedade com acesso a boas escolas e boa educação é uma sociedade que adocece menos por doenças consideradas negligenciadas ou doenças infecciosas que poderiam ser evitadas se as pessoas tivessem acesso a informação sobre prevenção.

Saúde é lazer - o bem viver implica em possibilidades de brincar, sonhar, ter momentos lúdicos, ter momentos de ócio, de dançar a vida e deixar a vida te levar por alguns instantes. A saúde está diretamente relacionada a possibilidade de viver de outros modos que não os modos ofertados pela sociedade de consumo e de produção que nos impele a todo o momento a achar que tempo é dinheiro. Poder contemplar a vida também é um modo de garantir a saúde.

Saúde é moradia - viver em áreas de risco, sob a ansiedade constante de ser arrastado pela chuva, viver em favelas sem condições de saneamento, viver isolado em quadrados que não tem verde nem ar, são produtores de adoecimento. A habitação de qualidade define os indicadores de doença de uma comunidade e é o retrato da desigualdade em saúde.

Saúde é mobilidade - uma sociedade cuja mobilidade é construída nos patamares da indústria automobilística, onde a identidade de um povo é marcada pelo desejo de possuir um carro importado é extremamente adoecedora. A movimentação de pessoas em uma cidade que promove saúde, passa pelo acesso a ciclovias e a motovias, oferta de transportes coletivos que tenham qualidade e agilidade. Veículos não poluentes, regulados e subsidiados pelo poder público. **Garantir o deslocamento das pessoas a pé com segurança e acessibilidade é movimento indispensável a promoção da saúde.**

Saúde é cultura - produção de arte, literatura, música é um modo de produzir saúde através da memória preservada, da história recontada em outros modos. A capacidade de recriação e de reinvenção de um povo é um elemento produtor de saúde.

Neste sentido, a saúde é direito de todas/todos e dever do Estado. Um Estado comprometido com os valores de uma sociedade socialista tem a responsabilidade de garantir uma saúde pública, gratuita, de acesso universal a toda a população, garantindo que todo cidadão terá atendimento integral em todos os níveis de complexidade do serviço, além de pautar a garantia de priorização de atendimento para os que mais necessitam, respeitando e valorizando as diferenças de raça, etnia, gênero, orientação sexual e outros modos de vida. Um Estado que garante o direito a saúde, organiza uma gestão compartilhada cujos mecanismos de participação da sociedade na tomada de decisão são garantidos por instrumentos formais e informais de definição de políticas, além de ter como centro de sua atuação, a promoção da saúde, não a doença.

Infelizmente, a saúde numa sociedade capitalista e neoliberal como a que vivemos é um negócio, uma mercadoria. É uma perspectiva de saúde que nega à gestante um parto seguro e acompanhamento responsável, nega a criança o direito de viver mais e melhor, que nega ao às pessoas com transtornos mentais a possibilidade de serem atendidos nos seus momentos de surto, que nega a diferença, nega o atendimento de qualidade ao cidadão comum, onde 30 a 40% de pessoas que estão nas filas de atendimento morrem ou desistem de esperar porque não há um acompanhamento dessa espera. Saúde que nega o direito das mulheres de decidir sobre seu corpo, que nega atendimento a adolescentes em situação de abortamento, que reforça os estigmas aos usuários de drogas ilícitas, nega o direito de acolhimento e escuta de problemas ocasionados por essa mesma vida desumana e adoecedora que produzimos cotidianamente neste modelo cruel de sociedade.

Na contracorrente dessa tendência, a partir de muitas lutas sociais, especialmente nos anos 1980, a partir da mobilização de movimentos populares, sindicais, estudantis e setores da academia em favor do que ficou conhecido como reforma sanitária brasileira, garantiu-se o direito universal à saúde, a partir da Constituição de 1988, e posteriormente, estruturou-se o Sistema Único de Saúde (SUS), através da Lei 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde).

Desde a aprovação da lei do SUS nos anos 1990, sua implementação vem sendo feita de modo precário, ainda respaldado na perspectiva do estado mínimo. Nos últimos anos, uma série de serviços públicos de saúde foram terceirizados e privatizados, das mais diversas maneiras e pelos mais diversos governos. Uma de nossas tarefas é denunciar todas essas formas de privatização e terceirização da saúde: Organizações Sociais (OS's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), Fundações Estatais de Direito Privado, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas, reforçando a necessidade que o direito seja garantido de forma estatal e gratuita, sob gestão e gerência estatal.

Por isso, o PSOL segue defendendo o projeto histórico da reforma sanitária brasileira e um sistema de saúde com acesso universal, integral, gratuito e equânime, destacando-se as seguintes propostas a serem implementadas no nosso Estado:

Saúde do trabalhador

Atualmente, um grande número de trabalhadores tem adoecido, seja por razões físicas ou psíquicas. Isso ocorre porque passamos a maior parte de nossa vida em nossos trabalhos (ou no trajeto para eles), especialmente nos grandes centros urbanos.

Queremos ampliar e fortalecer os CEREST's (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador), capacitando equipes multidisciplinares de trabalhadores da saúde (Clínica Ampliada) para as demandas oriundas da saúde do trabalhador.

Além de proteger e promover a saúde do Servidor Estadual, através de ações de vigilância, visitas aos locais de trabalho, mapeamento dos riscos de trabalho (físicos, biológicos, ergonômicos, psíquicos, etc.).

Hospitais regionais

O melhor hospital do interior não pode ser uma ambulância para os hospitais da capital. Todos os dias, milhares de pessoas vão para a Região Metropolitana em busca de tratamento, em ônibus e vans que passam a noite em estradas esburacadas e perigosas. Para além disto, frente a entrega de diversos hospitais gerais para modelos privatizantes de administração, como o caso do Hospital Estadual Central, do Jayme dos Santos Neves e do São Lucas, nosso governo vai agir na contramão desta precarização, reestabelecendo a gerência estatal em todos os serviços de saúde públicos no âmbito estadual.

Desta forma, defendemos a construção de hospitais regionais, a partir de um planejamento que leve em consideração as quatro regiões de saúde do estado (Norte, Centro, Metropolitana e Sul), na perspectiva de descentralizar o acesso à saúde nos níveis de atenção de média e alta complexidade.

Escolas de saúde pública

Um governo socialista certamente deve investir na formação dos profissionais de saúde, garantindo um espaço de contra-hegemonia ao ensino de saúde que hoje é feito na maior parte das faculdades e universidades brasileiras.

Por isso, nossa proposta é de criar uma Escola Estadual de Saúde Pública, visando prestar suporte na formação continuada dos profissionais da rede, ofertando cursos de capacitação e educação popular em saúde. Além disto, fortaleceremos as iniciativas já existentes como a Escola Técnica do SUS (da Prefeitura de Vitória) e a Escola de Serviço Público do Espírito Santo, fazendo com que estes espaços estejam a serviço dos trabalhadores de saúde, de estudantes e de toda a população.

Valorização dos Servidores

A redução crescente de investimentos públicos na área de saúde, associado ao aprofundamento do processo de terceirizações e privatizações, além de reduzir a quantidade e qualidade dos serviços para atender às necessidades e demandas da população, afeta diretamente as condições de trabalho, de saúde e remuneração dos profissionais que atuam na área, desprezando por completo o papel estratégico que esses trabalhadores exercem diariamente na efetivação do direito da população de acessar os serviços de saúde, através de um atendimento profissionalizado, respeitoso, digno e humanizado. Nesse sentido o PSOL irá garantir uma Política de Valorização dos trabalhadores do SUS, que inclui além das medidas já mencionadas, de Formação Profissional continuada e de proteção à saúde, uma política de recuperação real das perdas salariais ocorridas nos últimos anos.

Atenção Básica à Saúde

As constantes e mais recentes ameaças de cortes no gasto obrigatório com saúde por parte do Governo Federal e Estadual, associada aos desvios de recursos para outras finalidades, incluindo a corrupção, tem acelerado e intensificado o processo deliberado de desmonte do SUS, servindo também de justificativa para que o Governo do Estado deixe de transferir para os municípios as contrapartidas que lhes cabem, precarizando, restringindo e mesmo impedindo que serviços básicos essenciais cheguem até à população.

O PSOL irá dar todo apoio aos municípios tendo em vista a garantia da gestão e oferta pública e de qualidade do conjunto de programas, ações e estratégias que fazem parte da esfera da Atenção Básica, desenvolvidos através das Unidades Básicas de Saúde. Tais políticas cumprem papel decisivo no âmbito da promoção e proteção à saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades.

Gestão democrática e compartilhada

O PSOL irá fortalecer as Comissões Inter gestores Bipartites e Tripartites como espaços de negociação e pactuação entre as várias esferas de governo (federal, municipal e estadual) na busca de soluções comuns para a superação dos problemas enfrentados pelo SUS.

Irá resgatar o papel do Conselho Estadual de Saúde em suas funções de formulação, acompanhamento, controle e fiscalização das políticas de saúde por parte da sociedade.

Saúde da Mulher

Entendemos que numa sociedade machista e sexista, as mulheres têm diversas negativas de direitos, sobretudo no que tange as questões reprodutivas. No que diz respeito a saúde da mulher, o governo socialista do PSOL garantirá atendimento humanizado e realização do aborto legal, conforme previsto em legislação do nosso país.

Além disso, construiremos casas de parto humanizado, a fim de garantir a realização do parto natural, com técnicas humanizadas, acompanhado de uma equipe multiprofissional (doulas, enfermeiros, psicólogos, educador físico, médicos, etc.) e da família.

Propomos ainda:

- Garantir o acesso à saúde para as mulheres em situação de violência, com implantação de serviços específicos para atendimento às vítimas de violência e suas famílias, inclusive para aquelas em situação de encarceramento.
- Implementar e acompanhar a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a Política Estadual de Atenção à Saúde da População Negra no Hospital da Mulher.
- Realizar concurso para a contratação das/os profissionais de saúde no Hospital da Mulher.
- Desenvolver capacitação continuada dos/as profissionais de saúde e de gestores/as, garantindo o atendimento humanizado e a autonomia das mulheres nos serviços nas redes pública e privada, sobretudo das mulheres negras.
- Assegurar assistência qualificada e humanizada à gravidez, ao aborto, ao parto e ao puerpério, a fim de reduzir a morbimortalidade materna, especialmente de mulheres negras.
- Ampliar o número de serviços e promover a assistência qualificada e humanizada nos casos de abortamento inseguro e de aborto legal.

Saúde Mental e Drogas

O processo de implementação da Política de Saúde Mental no Brasil ocorre a partir da promulgação da Lei n. 10.216 de 2001. Essa Política preconiza: o aumento progressivo de uma cobertura assistencial em saúde mental extra hospitalar, de base comunitária, principalmente; o direito do sujeito com transtorno mental – de ser tratado em serviço comunitário de saúde mental, com vistas à inserção na família, no trabalho e na comunidade; a constituição de uma rede de atenção organizada de forma horizontal, com o centro de comunicação na atenção primária, de forma completamente oposta ao sistema hierarquizado que incentiva a lógica hospitalocêntrica e a burocratização das ações e intervenções (BRASIL, 2001).

A Política de Saúde Mental incluída no SUS é contundente quanto à construção de uma rede de atenção à saúde mental que substitua o modelo hospitalar de cunho asilar. Temos, portanto, um novo paradigma na área da saúde mental e, conseqüentemente na atenção às pessoas que consomem drogas.

Em um momento em que se evidencia a necessidade de consolidarmos uma Política a partir das diretrizes nacionais do Ministério da Saúde, com propostas historicamente consolidadas pelo Movimento da Reforma Psiquiátrica e construídas democraticamente nas Conferências Nacionais de Saúde e de Saúde Mental, assistimos a um cenário em que se elege o financiamento prioritário de Comunidades Terapêuticas Religiosas e internações compulsórias em detrimento ao fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Essa prioridade contraria os princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira e enfraquecem a frágil rede estadual de saúde e assistência prestada às pessoas que demandam principalmente tratamento na área da dependência química.

O ES tem um histórico de adotar uma Política sobre drogas de caráter proibicionista, semelhante a Política em âmbito nacional. Em 2013 aprovou um Programa de Governo – Rede Abraço que consistia em financiamento público direto a instituições privadas de cunho religioso que “tratam” pessoas que consomem drogas – Comunidades Terapêuticas. Essas instituições vêm recebendo recursos federais e estaduais por meio de editais. Aqui, no ES, isso vem ocorrendo por meio de recursos do fundo estadual sobre drogas, o que se configura um contrassenso à medida que esse Fundo deve ser fomentado e gerido para atender serviços públicos estatais.

Atualmente, o Programa Rede Abraço não existe mais na forma em que foi concebido, porém, os editais de financiamento são lançados a cada ano e não há nenhum tipo de controle desse recurso pelo órgão de controle social específico que é o Conselho Estadual sobre drogas (COESAD). Esse controle fica atualmente a cargo da Subsecretaria de Políticas sobre drogas (recentemente criada) vinculada à Secretaria Estadual de Direitos Humanos.

Cabe destacar que a pauta Política sobre drogas historicamente esteve sob gestão da Secretaria de Justiça. E, embora tenha ocorrido a mudança de gestão para a Secretaria de DH, isso não foi discutido no COESAD. Os/as conselheiros/as foram pegos de surpresa com essa mudança repentina e logo que isso ocorreu o Secretário de DH à época – Júlio Pompeu – infelizmente fez falas bastante preconceituosas e senso comum a respeito do tema. O que gerou uma moção de repúdio por parte dos conselheiros estaduais. E, ainda, embora esteja nessa Secretaria, a pauta drogas não aparece nos debates do Conselho Estadual de DH.

O COESAD é a única instância de controle social e existe desde a década de 1980. Somente em 2018 iniciou-se um mandato com a representação da sociedade civil por meio de eleição. Cabe destacar que essa conquista se deu após muita pressão dos movimentos sociais na área. Nunca houve Conferência estadual sobre drogas e muito menos municipais.

A pauta saúde mental é discutida em outra política que é a de saúde e nas instâncias correspondentes. Não há um diálogo profícuo entre as secretarias que pautam esses assuntos, embora a questão das drogas esteja totalmente atrelada ao debate da saúde pública. Há uma dissociação dessas políticas como se elas fossem coisas diferentes e excludentes.

No que se refere à Política de SM ela precisa estar articulada com o debate sobre as drogas, pois se trata da mesma área de atuação. Sabemos que nacionalmente e em âmbitos estadual e municipais temos 2 políticas – uma da Secretaria nacional de políticas sobre drogas (SENAD) e uma do Ministério da Saúde (PAIAUD) e a Portaria nº 3088/2011 (RAPS). A primeira é mais focada na repressão e a segunda mais no usuário (sendo essa a que os movimentos sociais e as categorias profissionais como psicologia e serviço social defendem). A primeira foca na abstinência quando menciona o tratamento e a segunda na Redução de danos. Essa dicotomia presente nas legislações/normativas se apresenta no cotidiano das instituições e, sobretudo, na disputa do fundo público.

Atualmente a Rede de atenção psicossocial no estado (RAPS) está deficitária e nunca esteve plenamente efetivada. Essa Rede é de responsabilidade da SESA, onde há uma coordenação estadual de saúde mental (a qual encontra-se sucateada com poucos profissionais trabalhando, apesar de todos os esforços de uma equipe que é muito competente. A título de exemplo a subsecretaria sobre drogas possui um número muito maior de profissionais que atuam no PROVIVE – que é o programa que substituiu a Rede Abraço). Essa RAPS consiste na oferta de serviços/equipamentos diversos e diferenciados na área da prevenção e tratamento. Porém, há no ES uma forte disputa de recursos, onde a RAPS tem perdido investimento para as comunidades terapêuticas e clínicas psiquiátricas privadas. Internações de dependentes químicos aumentam em quase 100 vezes em 8 anos, de acordo com matérias publicadas na imprensa local.

No que se refere ao PROVIVE, atual programa, há muitos equívocos na proposta, a começar por ser um serviço que presta atendimentos e encaminha pessoas para a Rede. De acordo com as diversas experiências no Brasil, uma subsecretaria de drogas não deve ofertar serviços, mas sim ser a articuladora das políticas. A oferta deve ser prioritária da saúde, o que não acontece por aqui.

Um dos maiores gargalos a ser enfrentado refere-se aos valores pagos com a judicialização, no caso das internações compulsórias. Essas judicializações ocorrem diariamente e não há nenhuma fiscalização, nem do recurso a ser repassado e nem das instituições que estão recebendo pessoas. O COESAD e demais órgãos não sabem de onde sai esse recurso que em menos de 5 anos ultrapassou a casa dos milhões. Não há investimento na RAPS, mas há recursos para internar equivocadamente.

O que é feito nas instituições, tanto nas que recebem recurso como nas que não recebem, não é fiscalizado. Há muitas denúncias de violações de direitos, mas pouco ou quase nada se faz a respeito disso. Devido à ausência de uma Rede de saúde efetiva, fecha-se os olhos para essas instituições, já que de algum modo elas escondem o problema quando essa é a única resposta que o Estado oferece.

No âmbito legislativo temos um caos instalado. Embora exista uma comissão na Assembleia Estadual para discutir políticas sobre drogas, essa comissão é formada majoritariamente por deputados vinculados a instituições religiosas e que tem pautado o tema de forma moralista e conservadora. Há também uma Frente Parlamentar em defesa da Reforma psiquiátrica que tem realizado eventos e audiências públicas, mas que de fato nada encaminhou.

Existe no ES 3 movimentos sociais importantes na área: Fórum capixaba em defesa da saúde pública; Fórum Metropolitano sobre drogas; e Movimento estadual da Luta antimanicomial. Sem contar os demais movimentos que pautam a questão drogas e SM, como o Movimento Negro, LGBT, movimento de mulheres, etc.

Esses movimentos têm procurado a Assembleia para apresentar propostas de discussão coletiva. O Fórum metropolitano realizou um levantamento das leis em vigor no estado que abordem de alguma maneira o tema das drogas. No período de 2005 a 2017 foram encontradas 32 legislações com caráter mais preventivo, repressivo ou institucional. De posse desse levantamento e análise do panorama legislativo no ES, entendeu-se que muitas medidas legislativas ainda precisam ser tomadas. E que algumas dessas legislações também precisam ser rediscutidas, visando as suas revogações pois, não estão em consonância com os princípios de uma política de drogas na perspectiva dos direitos humanos. Foram protocoladas algumas propostas a partir de audiências públicas, baseadas em ações já realizadas por outras Assembleias Legislativas de estados diversos (como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo).

Para a superação desse quadro caótico em que se encontra a política de saúde mental e de drogas no ES, o PSOL propõe as seguintes medidas de políticas públicas:

- Efetivar a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, assegurando investimentos e concurso público na área para a implantação dos serviços. Essa Rede já está desenhada pela coordenação da SESA e embora pactuada, não está sendo implementada;
- Rever percentual dos financiamentos das políticas de saúde mental e drogas.
- Apresentar indicações legislativas sobre abertura de serviços e consolidação da RAPS conforme a pactuação já existente;
- Realizar audiência pública para debater a descriminalização das drogas com especialistas, estudiosos, juristas, movimentos sociais e demais interessados em discutir a temática;
- Propor revogação de algumas legislações que estão em vigor no estado e que não condizem mais com o debate atual da Política de drogas;
- Elaborar Projeto de Lei que estabeleça a Política de Redução de Danos (RD) como uma Política de saúde a ser cumprida no ES pelas instituições/serviços que atuam na área da política de drogas;
- Apresentar de forma pública relatórios/documentos/prestação de contas sobre as ações da Comissão de Políticas sobre drogas, considerando que a população e muitos segmentos desconhecem o que essa Comissão vem realizando para efetivar a Política pública em questão.
- Rever/rediscutir a existência do Programa PROVIVE;
- Lançar editais de financiamento específicos para pesquisas na área de drogas e SM pela FAPES;
- Focar em ações para reduzir as judicializações no caso das internações compulsórias. Ampliar o debate com o poder judiciário sobre essa questão;
- Pautar ações de fiscalização junto às instituições que atuam na área;
- Garantir o controle social e a fiscalização sobre os investimentos públicos.
- Abrir canal de diálogo permanente com o Fórum Capixaba em Defesa da Saúde, o Núcleo da Luta Antimanicomial e a Frente em Defesa da Reforma Psiquiátrica (instituída em 2017 na ALES) e com outros movimentos sociais que pautam a questão das drogas, a fim de debater e tirar encaminhamentos conjuntos e mais concretos sobre as Políticas de drogas e saúde mental no ES;
- Convocar a Conferência Estadual sobre Drogas e de Saúde Mental subsidiada por Conferências Municipais para garantir o debate democrático e público na formulação dessas Políticas no território do ES;
- Considerar as deliberações do COESAD, frequentemente ignoradas;
- Fomentar a criação de instâncias de controle social nos municípios como os conselhos sobre drogas;

- Garantir a participação de usuários/familiares nos debates sobre essas políticas;
- Focar o debate sobre drogas na saúde pública primordialmente, e articular com as demais políticas afins;
- Ampliar a coordenação estadual de Saúde Mental;
- Criar incentivo aos profissionais que queiram trabalhar no interior;
- Capacitar profissionais da educação, IASES, SEJUS, SESA e DH principalmente, no que se refere ao tema drogas e SM, na busca de superar as situações de desinformação e preconceitos existentes;
- Discutir o caso dos hospitais de custódia no estado;
- Discutir as ações do sistema de medidas socioeducativas que internam meninos/meninas que possuem questões com as drogas (geralmente uso e nem sempre o tráfico);
- Rever as ações na área da segurança pública quando o assunto se refere ao tráfico, discutindo com as forças de segurança o seu real papel nessa questão;
- Promover ações de promoção da vida nas comunidades periféricas para prevenir a violência, em contraposição à política de “guerra às drogas” que mata negros, pobres, jovens da periferia todos os dias;
- Efetivar políticas públicas para jovens em todas as áreas como forma de prevenção de problemas relacionados às drogas. Fomentar iniciativas nas áreas da cultura, lazer e esportes;
- Desenvolver ações no sistema prisional é urgente, tendo em vista os altos índices de encarceramento no ES;
- Fomentar programas de geração de renda para egressos do sistema manicomial e para pessoas com transtorno mental em geral;
- Incentivar cooperativas para geração de emprego/renda com essa população específica (há exemplos no mundo inteiro);

1.4 Educação

Discutir sobre a educação no estado do Espírito Santo é discutir mais uma vez como as elites locais tomam de assalto o estado e continuam a aplicação da política de manutenção e reprodução de seus interesses e, por conseguinte, o tipo de modelo econômico e como é organizado o estado e o sentido das políticas públicas.

Todo o planejamento e gerenciamento das ações do estado, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social do ES, encontram-se determinado pelos interesses do “ES em ação” e não seria diferente em relação às políticas públicas sociais, em especial, a educação.

Sobre a questão da educação pública estadual e sua lógica que nos é imposta, é imperativo a compreensão de seu conteúdo e forma, e que não estão desatrelados, ao contrário, um alimenta o outro, a saber:

a) do ponto de vista político é autoritário (busca calar diversas vozes do meio educacional e social),

- b) do ponto de vista social é excludente e
- c) do ponto de vista econômico é privatizante.

Assim, nos últimos anos no ES temos vivenciado governos politicamente autoritários e economicamente excludentes/privatizantes, ou seja, a forma de aplicação já expressa o conteúdo a qual se propõe: formar mão de obra barata e reproduzir mentes e corações que aceitem a manutenção do status-quo estabelecido e a sua reprodução.

Precisamos compreender e dissecar a “política de terra arrasada” no campo da educação (e que, infelizmente, não ocorreu apenas na educação) do qual PH foi seu grande gerente e tem apresentado como política:

- a) Fechamento de escolas rurais;
- b) Fechamento de escolas e turmas de EJA;
- c) Fechamento de turmas e de escolas na área urbana;
- d) Fechamentos de Conselhos de Escolas com menos de 100 estudantes;
- e) “Elaboração e aprovação” do PEE com total exclusão das demandas sociais e dos movimentos sociais organizados;
- f) Arrocho Salarial e processo de ranqueamento de escolas e professores com aplicação da Avaliação Externa e pagamento de Bônus Desempenho;
- g) Aumento da oferta EJA semipresencial e ou à distância e busca-se a oferta do Médio a distância;

Alguns indicadores ilustram o quadro alarmante a que chegou a educação no ES:

- Existem 200 mil jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram a Educação Básica.
- Encontram-se fora da escola 61 mil jovens de 4 a 17. Em 2014, esse número não chegava a 40 mil.
- De 2014 até hoje foram fechadas 41 escolas e 5.477 turmas.
- No ensino médio regular noturno, o número de turmas em 2014 era de 189,3 mil, estando hoje, em 2018, reduzidas a 64,3 mil.

- A redução do número de vagas ofertadas na EJA entre 2014 e 2018 foi de 51,8 mil vagas. (De 144 mil para 92,2 mil).

Cabe ressaltar que, com o fechamento das escolas e “ajuntamentos”, dois outros problemas (um pedagógico e outro social) foram impostos a mais para a juventude: salas superlotadas e aumento das distancias entre a escola e ou local de moradia/ trabalho. Nos dois casos se estimulou a evasão escolar;

Pode ser que nos falte alguns outros elementos (e vamos buscá-los), mas os que temos já é suficiente para mostrar o processo de "mais-valia absoluta" e ou a "acumulação primitiva", ao qual, parte considerável da educação encontra-se submetida e sendo o dorsal para outras maldades, a saber: "Escola Viva" e "Nossa Bolsa".

Os dois programas são processos expressivos da disputa do conteúdo a ser tratado na escola pública e na apropriação dos recursos públicos destinando-os ao setor privado (além das renúncias e incentivos fiscais).

Lembramos que as instituições presentes em uma sociedade capitalista, refletem e reproduzem de certo modo, as contradições do conjunto da sociedade e a escola não é diferente. Sabemos que em toda instituição é possível expressar o contraditório, e como tal, na escola é possível a luta por transformações sociais.

O projeto da "Escola Viva", "menina dos olhos da propaganda do governo PH", é a expressão em forma e, sobretudo, em CONTEÚDO do que é a uma educação direcionada para a afirmação de um projeto de sociedade das elites. O discurso ultraliberal de protagonismo/empreendedorismo exacerbando o individualismo, e que se encontra no cerne desse tipo de projeto educacional, é hoje uma das formas mais sofisticadas e cruéis de transferência para os indivíduos das responsabilidades sociais do Estado, culpabilizando-os por todas as mazelas sociais a que estão submetidos.

Os recursos gastos com o programa "Nossa Bolsa" desde o início da sua implantação seriam suficientes para a construção de uma Universidade Estadual do ES (UEES), incluindo a sua consolidação e interiorização. A opção nefasta tem tido a transferência de recursos públicos em benefício das escolas privadas. Lembramos ainda que, no "ES em Ação", as instituições privadas estão presentes e guardam posições de direção.

Damos relevo também para a versatilidade com que proposições da política nacional são aqui aplicadas. Como exemplos destacamos:

- a) Reforma do Ensino Médio;
- b) Aplicação das BNCC
- c) Política terceirizada do pós-médio
- d) Programa de formação etc...

Por fim, entendemos que o Pacto pela Aprendizagem no ES - PAES¹ é uma política de aliciamento eleitoral e controle total da política educacional dos municípios: Pacto federativo/Controle e subjugação dos municípios aos interesses privatistas.

PROPOMOS:

- ✓ Superar o analfabetismo no Espírito Santo com programas que contemplem, obrigatoriamente: domínio gradativo do conhecimento da língua portuguesa e da reflexão crítica sobre sua utilização social; introdução à história, à matemática e às ciências, enquanto instrumentos de compreensão da realidade social e do mundo do trabalho, e de melhoria da qualidade de vida; desenvolvimento de ações culturais para todos; atenção as pessoas com deficiências e necessidades especiais e respeito às questões de gênero, etnia, diversidade sexual e raça, enfim, respeito às diferenças;
- ✓ Universalizar, progressivamente, o ensino médio gratuito, sob responsabilidade do poder público, considerando a indissociabilidade entre o acesso, a permanência e a qualidade da educação escolar;
- ✓ Criar formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos/as professores/as, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio. Idêntica preocupação orientará a educação de grupos étnicos, como os negros indígenas e quilombolas, que precisam ter garantia de preservação da identidade e da cultura, assumindo a política de educação no campo como política pública;

¹ PAES- Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes) é uma iniciativa do Governo do Estado com o objetivo de fortalecer a aprendizagem das crianças desde a educação infantil até as séries finais do ensino fundamental, desenvolvida a partir do estabelecimento de um regime de colaboração entre o estado e as redes municipais de ensino.

- ✓ Adequar o ensino noturno público e gratuito, de nível fundamental e médio, em cada etapa de escolarização, às necessidades do alunado, por meio de compatibilização de horários para alunos trabalhadores, de opções curriculares, programáticas e metodológicas específicas, de distribuição harmônica do tempo, e de acesso a todos os recursos pedagógicos e culturais da escola;
- ✓ Garantir e ampliar, progressivamente, a oferta de educação profissional, gratuita e de qualidade, nos níveis fundamental, médio e superior nos sistemas públicos de ensino;
- ✓ Articular as agências formadoras, associações profissionais, organizações sindicais, agências empregadoras e governo para debater e reorientar a política de educação e formação profissional;
- ✓ Pesquisar e incentivar novas formas alternativas de educação do trabalhador;
- ✓ Definir políticas e desenvolver projetos de Ciência & Tecnologia (C&T) voltados para os interesses locais, regionais, nacionais e para a melhoria da qualidade de vida da população, valorizando e respeitando as características e necessidades regionais e identitárias;
- ✓ Rever no prazo de um ano o plano de carreira, cargos e salários do Estado em todos os níveis e modalidades;
- ✓ Fim da terceirização da merenda e cumprimento do PAA (Plano de Aquisição de Alimentos), adquirindo alimentos diretamente da pequena agricultura;
- ✓ Destinação de 30% do Orçamento para a educação;
- ✓ Ampliar o processo de gestão democrática, garantindo a eleição dos (as) diretores (as) escolares estaduais, com ampla participação da comunidade escolar conforme norma emanada pelo Conselho Estadual de Educação;
- ✓ Garantir recomposição das perdas salariais históricas;
- ✓ Licenças remuneradas para que os professores (as) cursem Mestrado e Doutorado, a fim de que possam elevar o nível geral da educação ministrada em

sala de aulas e, por conseguinte, elevar o nível intelectual e cultural dos estudantes;

- ✓ Inserção de programas e bolsas de iniciação científica e extensão no âmbito da educação básica, a fim de fomentar a educação e a divulgação científicas, a inovação, a produção científica, tecnológica, artístico-cultural e desportiva;
- ✓ Diminuição do contingente de alunos em sala de aulas de 40 estudantes para 30, com vistas a aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem, ampliar o contato e a dedicação dos professores aos discentes, individualmente;
- ✓ Ampliação da dotação para a merenda escolar, de maneira a prover, além dos alunos, os trabalhadores em educação;
- ✓ Criação da Universidade Estadual do Espírito Santo para a formação de quadros, a priori, em Ciências Humanas e Sociais, puras e aplicadas;
- ✓ Retomada da EJA das segundas às sextas;
- ✓ Promover o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, TEA e AH/S;
- ✓ Promover a Escolarização com Práticas Pedagógicas Inclusivas e Acessibilidade;
- ✓ Ampliar e garantir o Atendimento Especializado na Rede Pública, voltado para o Público da Educação Especial (Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Atividades Esportivas, etc.); através de polos integrados as Unidades de Ensino.
- ✓ Garantir a expansão do serviço de atendimento educacional especializado (AEE) nas Unidades de Ensino;
- ✓ Garantir a ampliação do acesso à tecnologia assistiva;
- ✓ Garantir o atendimento aos jovens e adultos com deficiência.
- ✓ Promover o acesso à LIBRAS para alunos e docentes.
- ✓ Garantir recursos financeiros em regime de colaboração com a União, para ampliação da rede física com a infraestrutura necessária e adequada para promover acesso, permanência, condições de aprendizagem do estudante e da qualidade do ensino público;
- ✓ Fortalecer a atuação dos conselhos Escolares, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Conselho Estadual de Educação (CEE), por meio de suporte financeiro para suas atividades bem como a formação continuada dos conselheiros (as);

- ✓ Sistematizar a criação dos grêmios estudantis como espaço de participação e exercício da cidadania com eleição dos representantes de turma;
- ✓ Promover Conferências Estaduais de Educação, precedida por etapas escolares, locais e regionais sob a coordenação do Fórum Estadual de Educação, com garantia de apoio técnico-administrativo e financeiro da Secretaria Estadual de Educação, visando à avaliação das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação (PEE), bem como a qualidade da educação ofertada no estado;
- ✓ Incentivar e garantir as atividades do Fórum Estadual de Educação, com o intuito de coordenar as conferências Estaduais de Educação, bem como efetuar o acompanhamento da execução e avaliação deste PEE;
- ✓ Criar na estrutura da Secretaria Estadual de Educação e em suas regionais, cargos técnicos e garantir que estes cargos sejam providos por meio de concurso público;
- ✓ Realizar concurso público com vistas a estruturar a rede municipal de ensino, visando a atingir, em seu quadro de profissionais do magistério, 90% (oitenta por cento) de servidores(as) nomeados em cargos de provimento efetivo em efetivo exercício;
- ✓ Reelaborar o Estatuto do Magistério Público Estadual, com a efetiva participação paritária entre os profissionais da educação e representantes do governo, mediante escolha dos representantes em assembleia visando à valorização e ao aperfeiçoamento profissional e à melhoria da qualidade de ensino;
- ✓ Valorizar os profissionais do Magistério, através de uma política que garanta o estabelecimento do piso salarial;
- ✓ Garantir reajuste salarial anual no mês de referência, de modo a preservar o poder aquisitivo dos Profissionais da Educação, nos termos do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal;
- ✓ Assegurar formação continuada em serviço para os profissionais da educação para atuarem na Educação Inclusiva, nas áreas de deficiência intelectual, visual e surdez garantindo, por meio de atividades teóricas, práticas, reflexivas e investigativas, a aquisição e a construção crítica de conhecimentos, habilidades e valores afins à formação das crianças, dos jovens e dos adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede municipal de ensino, assim como socializando a formação com a equipe de especialistas e professores de referência;
- ✓ Promover parcerias para a regulação do atendimento clínico e terapêutico por meio de equipe multidisciplinar da Secretaria Estadual de Educação, a fim de atender os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação;
- ✓ Garantir a acessibilidade nas escolas públicas por meio de: adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático

acessível, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngue para os surdos com profissional especializado;

- ✓ Garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil em geral;
- ✓ Ampliar a educação escolar do campo, a partir de visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural;
- ✓ Assegurar a todas as escolas, água tratada e saneamento básico; energia elétrica; acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a espaços para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências;
- ✓ Garantir bibliotecário (Lei nº 12.244/10) e biblioteca escolar em todas as unidades escolares, equipadas com recursos tecnológicos afins, com amplo acervo, sendo a aquisição de acordo com a demanda de cada unidade de ensino;
- ✓ Realizar, em regime de colaboração entre os entes federados, diagnóstico dos jovens, adultos e idosos com ensino fundamental e médio incompletos, a fim de identificar a demanda potencial por vagas na educação de jovens e adultos, garantindo o atendimento da demanda manifesta;
- ✓ Assegurar e intensificar as chamadas públicas, em diversos meios de comunicação, nas comunidades e escolas e promover o dia D para alfabetização de jovens, adultos e idosos;
- ✓ Estabelecer regime de colaboração com os municípios, com vistas à construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.5 Cultura para todas/os!

O capital exige de nós o nosso corpo e o nosso pensamento. Nos torna seres precarizados pela lógica da produção e da produtividade, vampirizando nossos desejos, nossas forças, nossas vidas, nos limites da mercadoria e do controle. E no âmbito da cultura isso não é diferente.

Para o PSOL, a cultura está além da produção mercadológica. O fortalecimento da cultura local é de suma importância para nosso governo.

Sendo assim,

- É possível que pensemos e transformemos as escolas estaduais em Centros de Artes e Pensamentos. Lugares com teatro, galeria de arte, cinema, com escolas de arte, com centros musicais, centros de fotografia, de dança, de novas mídias e de literatura. Em cada escola, uma Comunidade de Artes e de Pensamentos;
- É possível que pensemos e realizemos a construção/invenção de instituições de arte - com orçamento, concurso público e editais para efetivar suas programações.
- É possível que pensemos e realizemos um efetivo sistema estadual de bibliotecas, distribuído por todo o estado e com referência na Biblioteca Pública Estadual;
- É possível que pensemos e realizemos uma política editorial, dando apoio a iniciativas de editoras, à criação de livrarias e sebos;
- É possível que pensemos e transformemos as praças públicas, em parcerias com os municípios, em locais de convívio e práticas culturais;
- É possível que incentivemos e realizemos as festas populares como ritos de afirmação de nossa história, de nosso sentimento de nossas comunidades, sem submetê-las à lógica dos espetáculos mercantilizados;
- É possível que valorizemos os saberes populares, de modo que possamos manter vivas as nossas raízes e garantir que as diversas práticas culturais continuem a ser exercidas e compartilhadas;

1.6 Direitos Humanos – Defesa da Vida e da Dignidade Humana

Direitos humanos são históricos. São a expressão de sujeitos que se fazem sujeitos quando demandam sua dignidade. Esta historicidade dos direitos nos permite entender que o processo de formação de sujeitos e de luta por sua dignidade - a luta por direitos faz parte do rol de instrumentos da luta para alcançar a dignidade - é aberto, não linear, contraditório. Os direitos de trabalhadores, mulheres, negros e negras, jovens, homossexuais, crianças, idosos, pessoas com deficiência nascem na medida em que estes sujeitos se organizam e, pela consciência e ação pública, se fazem presentes na esfera pública pressionando pelo alargamento democrático e pela recusa concreta das opressões e da invisibilidade.

Vivemos um tempo histórico em que há crescente destituição de direitos. A matança de jovens, o feminicídio, os crimes de ódio e intolerância demonstram a presença (e crescimento) entre nós de uma cultura de poder segregadora e exterminadora. O medo habita o estado em todas as suas regiões. O medo é um instrumento político tanto quanto a intolerância. Não por acaso nos locais em que se tem muito medo, há uma enorme aceitação das lógicas de repressão e anulação do outro.

A supressão de direitos contribui para exacerbar a desigualdade social que se encontra no âmago das relações sociais capitalistas. Estas, fundadas na lógica da acumulação do capital, são, portanto, antagônicas aos interesses e necessidades da maioria da sociedade que vive do seu próprio trabalho, por estarem fundadas na exploração, opressão e violência de classe. A violência se situa no cerne dessas relações sociais, tendendo a crescer e se (re)produzir com maior intensidade nos contextos de agudização da desigualdade social. Aí está a origem estrutural e fundante da violência e de todas as suas expressões, bem como a sua compreensão enquanto elemento que dá sustentação a um determinado modo de sociabilidade que se nutre dela. Em contextos como esse no qual estamos vivendo no momento, de retrocesso social, o quadro da violência tende a se ampliar e agravar, especialmente no meio urbano.

A resposta do Estado à questão social e à violência é a repressão, organizada pelo próprio Estado ou privatizada (formal ou informalmente). A repressão não se mostrou em lugar algum do mundo uma estratégia de redução da violência. Ao contrário, sua presença aumentou o encarceramento e a morte, sobretudo, de jovens, negros e pobres das periferias urbanas.

Em 2017 no ES ocorreram 1.456 homicídios, correspondendo a uma taxa de 36 homicídios por cada 100 mil habitantes, observando-se um aumento significativo em relação ao ano de 2016 cuja proporção foi equivalente a 31 homicídios por 100 mil habitantes.

Entre os jovens de 15 a 19 anos, os homicídios em 2017 chegaram no patamar de 71 casos por cada 100 mil habitantes. Os jovens negros morrem 4,5 vezes mais do que os jovens brancos no ES, o que denota um verdadeiro extermínio da juventude negra.

Só nos três primeiros meses de 2018, no ES, morreram em torno de 318 pessoas. Uma média de 100 homicídios ao mês. Destes, 189 eram jovens entre 14 e 30 anos. Mesmo havendo 39 casos onde não havia o registro da cor, o número de jovens negros/pardos registrado foi de 236.

Por outro lado, o Governo tem acabado com serviços importantes na área, como foi o caso do Programa de Proteção aos Promotores de Direitos Humanos no ES. O desalojamento do Conselho Estadual de Direitos Humanos da sede onde estava instalado há anos, revela o descaso do Governo Paulo Hartung com a criação e manutenção das condições estruturais básicas necessárias ao funcionamento dos organismos e instituições que deveriam constituir o arcabouço institucional voltado à efetivação dos serviços e programas. A Secretaria Estadual de Direitos Humanos, embora criada, não possui quadro próprio de profissionais para conduzir as políticas e nem reúne condições adequadas ao exercício de suas funções.

Compreendemos que a política de direitos humanos deve ser transversal. Todos os serviços do poder público devem estar orientados a uma lógica de realização e expansão da dignidade das comunidades e de seus membros.

O PSOL compreende os direitos humanos como uma conquista das lutas históricas da classe trabalhadora para impor limites à ação destruidora e ilimitada do capital. Estão fundados nos princípios da universalidade com respeito à diversidade, na indivisibilidade e na interdependência. São abrangentes, compreendendo os direitos civis e políticos; os econômicos, sociais e culturais; os ambientais; os de solidariedade (desenvolvimento e autodeterminação dos povos).

Assim, todas as políticas propostas pelo PSOL estarão orientadas por tais princípios e visam a promoção e a proteção dos direitos humanos e a reparação de suas violações.

Nesse sentido, o PSOL irá pautar o desenvolvimento de suas ações nas diretrizes estabelecidas na versão original do PNDH 3, retalhada pelo Governo Lula, assim como nos Tratados, Convenções, Conferências internacionais que versam sobre os direitos humanos, pactuados pelo Brasil.

Publicaremos e implementaremos a versão original, conforme elaborada pela sociedade capixaba, do Programa Estadual de Direitos Humanos (PeDH) e do Plano Estadual de Educação em Direitos, em especial, nos itens vetados pelo Governo Casagrande, tais como:

- Criação de ouvidorias de polícias independentes, com ouvidores e/ou ouvidoras protegidos por mandato e escolhidos/as com participação da sociedade;

- Criar as condições necessárias ao efetivo funcionamento da Secretaria Estadual de Direitos Humanos;
- Assegurar que os locais de cumprimento de medidas socioeducativas contemplem os requisitos de acessibilidade em geral, garantindo que as unidades de internação disponham de alas específicas para internas grávidas, dentre outras propostas.
- Apoiar e fortalecer os Programas de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) e o Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM).

Ampliar o direito de acesso à justiça gratuita para a população de baixa renda

- Garantir a autonomia administrativa, financeira e orçamentária para a Defensoria Pública Estadual (DPE), de acordo com o previsto na Constituição Brasileira;
- Promover a regionalização da estrutura e dos serviços da Defensoria Pública Estadual com vistas a ampliação do acesso das populações de baixa renda à justiça gratuita, seja nos territórios urbanos ou rurais, garantindo a qualidade no atendimento e resolução dos conflitos;
- Assegurar a efetivação da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública Estadual para receber, encaminhar e acompanhar as denúncias, reclamações e sugestões dos usuários relacionados com os serviços prestados pela Defensoria;

1.7 Segurança Pública

O Espírito Santo tem repetido lógicas tradicionais no tratamento da segurança pública. O aumento da violência tem levado ao aumento do medo que se impõe como um sentimento presente em todas as regiões do estado, em especial, na Região Metropolitana. O mercado de varejo de drogas, sobretudo do crack, é apresentado como o grande propulsor dessa violência. A resposta mais imediata vem na forma de mais “ordem e segurança”. Esta demanda se realiza sobretudo direcionada às forças policiais ou demais estruturas da segurança pública, sempre na perspectiva de que mais armas, mais polícia e mais aprisionamento irá resolver o problema da violência.

Recentemente foi anunciado pelo Governo, a tomada de empréstimo da ordem de 70 milhões para investimentos na segurança e sistema socioeducativo. Tal decisão, bem como a definição de onde será aplicado esse recurso foram tomadas em gabinete, excluindo por completo a participação do Conselho Estadual e dos movimentos que atuam na área dos direitos humanos.

Nosso desafio é conjugar a ampliação da política de direitos humanos e de proteção social. Para tanto, é necessário mudar a lógica da política de segurança que deve ser entendida como direito social das pessoas e não da propriedade privada. Defenderemos um amplo debate na sociedade sobre a desmilitarização da polícia, como medida necessária para estender a transição democrática à segurança pública. É preciso rever a instituição policial hoje treinada para combater inimigos e não respeitar direitos.

Em todos esses anos, a desmilitarização foi lembrada nos chamados “momentos de crise”, a partir de algumas ações desastrosas das polícias. Passados esses momentos, ela voltava a ser uma pauta pouco lembrada. Nas eleições, mesmo com o tema da segurança pública sendo sempre debatido, a desmilitarização passava ao longe do debate, com exceção de alguns poucos momentos (nos processos eleitorais), o que mais temos visto é a defesa da “não-militarização de guardas municipais”.

Mas os problemas advindos da militarização continuaram, não só nos momentos de crise. Os dados dos mapas da violência no Brasil mostram que temos uma das polícias que mais mata e morre no mundo e isso é amparado por uma legislação que premia punição e não garante direitos.

Em 2013, esse assunto ganhou novamente bastante relevância a partir da atuação truculenta da PM nas manifestações que reuniram milhares de pessoas Brasil a fora. E, diferente de outros momentos, o debate prosseguiu, com a criação de comitês em defesa da desmilitarização, com a apresentação de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) no Congresso Nacional e com a incorporação desse tema por movimentos sociais.

Esse é mais um dos temas que, após os protestos de junho de 2013, saiu do campo da utopia e passou ao campo da possibilidade. Mesmo os que não concordam com a desmilitarização, agora a enxergam como algo possível.

Neste cenário, o PSOL pauta este tema no processo eleitoral. Apesar de ser uma questão de competência federal, entendemos que os Estados e o Distrito Federal, por controlarem as polícias militares, podem ter “medidas desmilitarizantes”, que poderiam servir como uma transição para uma desmilitarização completa. Essa transição pode começar, com algumas medidas, a saber:

- Novo código de ética e disciplina para as polícias

Atualmente, o que baliza a ação cotidiana dos Policiais Militares no Espírito Santo é o Decreto nº 254-R, de 11 de agosto de 2000, que aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, enquanto o Regime Jurídico dos Policiais Civis é regido pela Lei Complementar nº 3400/1981, cujos principais conceitos e tipificações disciplinares são inspirados nos mesmos princípios norteadores dos regulamentos vigentes durante a ditadura de 1964.

Os códigos de disciplina da polícia militar e civil dão pouca atenção ao respeito devido aos cidadãos e aos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal e reforçados na Constituição Estadual. Uma mudança no modelo de atuação dessas polícias para constituir-se numa efetiva garantidora de direitos depende fundamentalmente da formulação de um novo regulamento ético-disciplinar que coloque a população como aquela que deve ser defendida pela polícia.

Além disso, apesar da permanência de dois órgãos específicos na área de Segurança Pública, não se pode negar a interdependência das atividades cotidianamente desenvolvidas pelos servidores de cada uma dessas ramificações, sendo também necessária a formulação de um regramento comum dessas atividades, visando à construção do ambiente de integração que servirá a futura estrutura legal da unificação das polícias.

- Separação entre Polícia Militar e Corpo de Bombeiros

Essa medida visa distinguir as ações da Polícia e do Corpo de Bombeiros, que hoje estão, na maioria dos estados, sob o mesmo comando. Isso faz com que os trabalhadores bombeiros tenham o mesmo regime disciplinar e hierárquico da PM. Se isso já é antiquado para a Polícia, imagine para os bombeiros. Mas essa medida não pode significar o fortalecimento das castas superiores do Corpo de Bombeiros. Deve, portanto, ser combinada com uma democratização do órgão.

- Regulamentação da jornada de trabalho de 30h para o Corpo de Bombeiros

No Espírito Santo, as jornadas de trabalho de policiais e bombeiros são extensas e cansativas. Além disso não há garantia de horas-extras ou outros benefícios que o trabalhador comum recebe. O comando considera que esses trabalhadores estão “à disposição do estado” e por isso podem ser chamados ao serviço a qualquer momento.

É urgente que haja uma regulamentação das jornadas de trabalho, com a conseqüente diminuição das cargas horárias. Além disso, é preciso haver uma recomposição salarial, para que o “bico” não seja incentivado.

Em Minas Gerais, a jornada de trabalho foi regulamentada em 40h semanais e há um projeto de lei na Câmara dos Deputados que prevê a jornada de 30h semanais, semelhante à dos profissionais de saúde. O PSOL do Espírito Santo incorpora essa bandeira ao seu programa de governo estadual.

- Criação de Carreira Única

Hoje é possível entrar na área militar como praça (Cabo, Soldado ou Sargento) ou oficial (demais cargos, de maior patente) e não é possível, sem ser por um novo concurso, “subir” de praça para oficial. Essa divisão serve para criar um regime de medo permanente dentro da corporação e uma casta de funcionários que acabam apenas por exercer “posições de comando” e serviços administrativos.

Portanto, mesmo antes da unificação das polícias, é possível adotar medidas no âmbito estadual que colaborarão com a necessária reforma do modelo estrutural da Polícia Militar, visando à construção do novo paradigma de segurança pública defendido pelo PSOL.

- Controle externo e civil

Sabe quem julga um policial quando este é acusado de cometer um abuso? Um superior da mesma corporação, a partir de procedimentos internos e nada transparentes. Além disso, muitos dos crimes cometidos por militares em tempo de paz ainda são de Competência de juízes e Tribunais Militares, numa nefasta tradição herdada do período da ditadura.

No Espírito Santo, foi publicada em 2013 a Portaria 064-R, da Secretaria de Segurança Pública, que restringiu ilegalmente a atuação dos Delegados de Polícia Civil na investigação de ocorrências com a participação de policiais militares, seja como autores ou vítimas, o que acentua ainda mais a falta de controle civil sobre a atividade militar.

Por conta disso, é urgente construir ouvidorias e mecanismos de controle externo e civil, similares aos que, depois de muitos e muitos anos, foram implementados, ainda que timidamente, no Poder Judiciário.

- Construção do Sistema Único de Segurança Pública no Estado, com a perspectiva de superar a dualidade histórica do setor de segurança e o distanciamento entre Polícia Civil e Polícia Militar. A integração progressiva entre as polícias em termos de estruturas, rotinas e procedimentos serão a base para se evoluir paulatinamente para a criação de uma instituição de ciclo completo. As duas polícias deverão estar subordinadas ao comando do Secretário de Segurança.

- Valorização e qualificação do policiamento preventivo e ostensivo centrado na modalidade de trabalho policial interativo (polícia comunitária), orientado pelo compromisso com o respeito e proteção dos direitos humanos, assegurada a ampla participação e o controle popular sobre a ação policial.

- **Aparelhamento e qualificação técnica-científica da polícia civil** para que sua função de investigação e elucidação dos crimes seja cumprida com eficiência.

- **Reforma radical dos órgãos periciais**, com garantia de sua autonomia de ação, atualização técnica permanente dos funcionários, valorização profissional, equipamentos modernos e adequados, com manutenção de convênios com universidades e institutos de pesquisa.

- Construção de novas delegacias, informatizadas, desburocratizadas e sem carceragens. As condições das atuais, completamente sucateadas, são um desrespeito ao público e aos policiais, além de violar os direitos humanos dos presos.

- **Ampliação e estruturação das delegacias da mulher**, dotando-as de melhores condições técnicas para a investigação e o atendimento aos casos de violência 24 horas por dia.

- **Manutenção de um plano de formação e qualificação profissional continuada para agentes policiais**, fundado em novos valores e princípios (cultura de paz e não de guerra, respeito e proteção aos direitos humanos, garantia do cumprimento da lei).

- **Estabelecer canal permanente de diálogo com os vários segmentos da Polícia Militar, incluindo os soldados, sargentos e subtenentes.**

- **Criação de ouvidorias de polícias, independentes**, com ouvidores(as) protegidos(as) por mandato e escolhidos(as) com participação da sociedade.

- **Estímulo à participação direta dos cidadãos**, com a criação de mecanismos que assegurem a fiscalização e o controle social das políticas de segurança pública, a exemplo dos Conselhos comunitários nos bairros e regiões.

- **Fortalecimento do Conselho Estadual de Segurança Pública** como órgão de controle social, fiscalização, elaboração e acompanhamento das políticas de segurança.

- **Retomada da Conferência Estadual de Segurança**, precedida de Conferências Municipais.

- **Controle rigoroso do uso da força letal** (arma de fogo) por policiais civis e militares.

1.8 Sistema de Justiça

Política de execução penal e sistema prisional

A trágica situação dos presídios no ES vem sendo insistentemente denunciada pelos movimentos de defesa dos direitos humanos ao longo dos últimos anos. A ausência de resposta por parte dos Governos Hartung-Casagrande só foi agravando o caos existente e o quadro de violações dos direitos humanos dentro dos presídios, culminando com as denúncias que ganharam repercussão pública em nível nacional e internacional. O que se verifica é um flagrante descumprimento da Lei de Execução Penal brasileira e total desrespeito às diretrizes previstas nos documentos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, a respeito da organização dos sistemas prisionais estaduais e da proteção dos direitos humanos dos segregados.

São conhecidos os inúmeros casos de pessoas que permanecem presas com penas vencidas ou com direito à progressão de regime ou ao livramento condicional. Assim como não é novidade a permanência de um grande número de presos em celas superlotadas em condições desumanas, além das práticas correntes de tortura e violência no interior de presídios e delegacias.

O processo crescente de encarceramento em massa sobressai na realidade do ES. São 15 Unidades Prisionais no ES. Em 2003 o número de presos era de 2.900. Em junho de 2018 já eram 21.847 presos. A superlotação só piora a condições de violência e desumanização do sistema. Nos presídios da Grande Vitória estão concentrados 13.994 presos, embora o número de vagas previstas sejam de 8.831. Ou seja, são 5.163 pessoas presas para além da capacidade. No interior do Estado as vagas em junho/18 eram de 5.032 e a população prisional estava em 7.853, sendo o excedente de 2.821 pessoas. Considerando o total de presos no Estado, o percentual de presos para além das vagas (13.863) chegou a 157,59%. Esses dados demonstram a dimensão da superlotação tendo em vista a política de encarceramento que vem sendo adotada.

Outra situação grave apontada refere-se à situação de 5.210 pessoas há mais de 90 dias cumprindo pena em condição provisória (SEJUS/ES, junho 2018).

Também se observa a ampliação das terceirizações de serviços e atividades importantes dentro das unidades prisionais sem o devido controle e fiscalização da qualidade e dos investimentos dos recursos públicos a eles destinados.

O Governo do PSOL atuará para reverter essa situação, tendo como base as seguintes diretrizes e ações:

- Assegurar a efetiva aplicação da Lei de Execuções Penais e do que prevê a Constituição Federal, garantindo a integridade e os direitos humanos dos presos.
- Participar ativamente na formulação de propostas para aprimorar a Lei de Execuções Penais, incorporando e regulamentando direitos não previstos.
- Ampliar e fortalecer os programas voltados para a aplicação de penas e medidas alternativas.
- Estimular a participação e o exercício do controle social sobre as políticas e ações desenvolvidas no sistema, mantendo o respeito à autonomia política das organizações de direitos humanos envolvidas.
- Instituir a Ouvidoria do Sistema Penitenciário.
- Criar órgão correccional, com atenção à fiscalização noturna.
- Ampliar a atuação da Defensoria Pública, ampliando a presença de defensores públicos nos presídios.
- Incentivar a Defensoria Pública e o Poder Judiciário a realizarem mutirões para revisão periódica dos processos de execução penal da população carcerária.
- Garantir a implementação das ações de atenção integral à saúde dos presos, com a constituição de equipe de atenção básica nos presídios, contemplando também programas de atenção especial à saúde mental e à dependência de álcool e outras drogas.
- Aplicar nas unidades prisionais a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), mantendo programas específicos para as mulheres grávidas, com assistência pré-natal e celas específicas e adequadas para a sua permanência junto ao filho durante o período de aleitamento.
- Desenvolver programa de educação (escolarização) do preso, com conteúdo programático e linha metodológica específica.
- Ampliar projetos de oficinas culturais e de teatro, além de atividades profissionalizantes e de geração de trabalho e renda.
- Investir na formação e qualificação profissional do quadro de servidores, com conteúdo programático específico e adequado. Criar plano de carreira para as diversas áreas profissionais.

- Criar unidades especiais para presos primários (provisórios ou condenados) que não tiveram contato com o sistema penitenciário.
- Assegurar o direito de visitas íntimas e regulares aos presos, bem como espaço apropriado nos presídios que levem em conta as diferentes orientações sexuais.
- Organizar e manter atualizado um Sistema de Informações sobre a situação dos presos.
- Ampliar e apoiar iniciativas de programas específicos para a reinserção social dos egressos do sistema prisional e a garantia de acesso às políticas sociais existentes.

1.9 Transporte público e mobilidade humana

Mobilidade Humana, como a defendemos, possibilita a criação de contornos para os encontros e relações sociais. Agrega as diferentes temporalidades e formas de ocupar o campo e a cidade. Portanto, sua amplitude vai muito além de organizar e gerir os deslocamentos. Intencionamos oferecer formas de mobilidade qualitativamente superiores aos deslocamentos por automóveis e motocicletas, de forma que a população utilize seus veículos particulares em situações mais esporádicas e as ruas possam oferecer condições de mobilidade mais eficientes e dignas pelo transporte público e não motorizado.

O transporte público, o uso das calçadas e os espaços de acolhimento dos modais não motorizados como bicicleta são prioridades para nós. Portanto, Mobilidade Humana volta-se a considerar formas e culturas de percorrer os traçados urbanos, muito além do que a lógica produtivista ditada aos transportes públicos do campo e da cidade. Defendemos o direito de estar no território integralmente e para isso os modais de transportes e o acesso universal a todos eles une, reúne e aproxima.

Por isso, Mobilidade é mais que simplesmente uma palavra para nós. É mais do que sonho ou utopia. Mobilidade, como a entendemos, é real e vem se tornando cada vez mais possível entre incontáveis locais no mundo inteiro que já escolheram outras formas de viver. Sabemos das dificuldades que envolvem a transformação do modelo instituído.

A população junto com o Estado possa planejar, organizar e executar as ações necessárias para que o Espírito Santo seja referência de bem viver: O contexto atual é hostil às transformações que queremos. Por outro lado, caso a situação e a prioridade de mobilidade continue centrada no transporte individual motorizado, é bem possível que as saídas aos problemas acumulados sejam ainda mais difíceis.

O colapso da mobilidade e da organização espacial das nossas cidades é certo. Os danos à natureza, à vida humana e sua saúde integral já são alarmantes. O poder público – em escala federal, estadual e municipal – tem paradoxalmente discursado em prol da mobilidade urbana sustentável, mas a prática mostra cada vez mais incentivos e rendição à indústria automotiva.

Para um Estado mais humano, portanto, precisamos de qualidade e priorização do transporte coletivo, do respeito aos ciclistas, da criação efetiva dos espaços para as bicicletas nas vias públicas, de calçadas dignas de circulação para todos, acessibilidade que considere os cadeirantes, pessoas com dificuldade de locomoção, idosos e crianças, da efetivação do respeito aos pedestres, de ações de restrição de uso do transporte individual motorizado e de espaços urbanos voltados de fato para as pessoas.

Nesse sentido propomos medidas que serão desenvolvidas de forma conjunta entre Estado e municípios:

- Conclusão e a ampliação, em caráter de urgência, das ciclovias na Grande Vitória e nos principais centros urbanos do Espírito Santo, que permitam o acesso ciclístico às localidades estratégicas das cidades.
- Implantação de sistema transporte na Baía de Vitória, que passará a ser realizado pela Ceturb, que terá sua estrutura administrativa adequada para esta função.
- Revisão imediata das concessões do serviço público de transporte coletivo, no sentido da maior regulação estatal e o acompanhamento da sociedade civil organizada, buscando-se a eficiência do serviço, que deve ser mais ágil, agradável e pontual, e considerando ainda a possibilidade de rescisão dos contratos prejudiciais à população. Neste período, o Estado investirá na qualidade dos veículos coletivos e o Conselho Tarifário discutirá as planilhas de custo tendo em vista a diminuição do lucro das empresas e a proteção de um preço tão acessível que desestimule o uso do meio de transporte particular. O objetivo é a implantação de um sistema público de transportes.
- Criação de um fundo para subsidiar a tarifa do transporte urbano metropolitano sem custo para o trabalhador, assim como na saúde que é pelo governo

- Expansão dos horários existentes, para que as linhas circulem 24 horas.
- Criação de Secretaria de Mobilidade Humana, dotando-a de estrutura interna capaz de planejar e executar ações prioritariamente voltadas ao transporte público e não motorizado em detrimento do transporte individual motorizado, com o objetivo de implantar medidas tais como: ciclo faixas, ciclovias, corredores exclusivos de ônibus, vias exclusivas para pedestres, ações educativas, melhoria de calçadas, medidas de moderação de tráfego e demais estratégias de gestão da mobilidade.
- Reelaboração do Plano Estadual Participativo de Mobilidade Humana (incluindo o plano ciclo viário).
- Criação de sistemas de informação dos itinerários de linhas de ônibus nos municípios em que não existem e expansão do serviço nos municípios em que já de parada.
- Melhoria nos sistemas de dados e acompanhamento estatístico de acidentes de trânsito, ocorrências e situação dos transportes públicos, geoprocessamento e cruzamento de dados com a Secretaria Estadual de Saúde, sistematizando o monitoramento de mobilidade.
- Requalificação dos pontos de parada do transporte público.

EIXO II – GOVERNAR SEM OPRIMIR

Como fazer uma administração pública que supere a lógica do poder-dominação machista, patriarcal, homofóbico, racista e adultocêntrico e que se converta para uma lógica do poder-serviço. A serviço da dignidade humana, da igualdade na diversidade. Apontamos que toda gestão deve alicerçar-se em alguns princípios fundamentais:

- 1 – Igualdade e respeito à diversidade;
- 2 – Equidade;
- 3 – Autonomia;

- 4 – Laicidade;
- 5 – Universalidade das políticas;
- 6 – Justiça social e ambiental;
- 7 – Transparência dos atos públicos;
- 8 – Participação e controle social.

2.1 Mulheres

A realidade da vida das mulheres é muito dura:

- ✓ A cada 24 segundos uma mulher é vítima de violência.
- ✓ As mulheres recebem em média 40 a 70% menos que homens.
- ✓ 1 a cada 10 mulheres declaram já ter sido vítima de violência
- ✓ Quase 50% das mulheres ganham 1 salário ou menos, enquanto 80,1% ganham no máximo 2 salários

É pela vida das mulheres

O combate ao machismo e a todas as formas de opressão possui um papel central e estratégico para a nossa candidatura. Acreditamos que é urgente no Espírito Santo a construção de políticas que reduzam as desigualdades de gênero e fortaleçam as condições para a autonomia, bem-estar e participação política das mulheres. Não podemos aceitar que as políticas continuem sendo pensadas “por homens para homens”, a partir de uma lógica patriarcal que controla corpos e vidas e afasta as mulheres do exercício efetivo da cidadania.

Os dados e indicadores nacionais e capixabas indicam a urgência de reversão dessa lógica. Embora as mulheres representem a maioria da população brasileira, ainda estão sub-representadas nas diferentes esferas de poder. A “feminização da pobreza” é uma realidade, que afeta de forma especial as mulheres negras. De acordo com o Dossiê Mulheres Negras, organizado pelos Institutos Geledés e Criola, apenas 6.3% das mulheres negras viviam entre os não pobres, enquanto 52.5% das mulheres brancas e 52.8% dos homens brancos estavam na mesma condição (IPEA, 2011).

Os dados de violência contra as mulheres e feminicídio são ainda mais alarmantes. Em 2018, ano que a Lei Maria da Penha completou 12 anos, a cada: 2,6 segundos uma

mulher é vítima de violência verbal; 7,2 segundos uma mulher é vítima de violência física; 2 minutos uma mulher é vítima de arma de fogo; 1,4 segundos uma mulher é vítima de assédio; 2 horas uma mulher é vítima de feminicídio.

Segundo o Atlas da Violência 2018, no ano de 2016 foram assassinadas 4.645 mulheres no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Os números apontam crescimento de 6,4% no número de homicídios femininos nos últimos dez anos. O Espírito Santo é o estado com o maior índice de feminicídio da Região Sudeste e a terceira maior do Brasil em 2017. Foram 2 mortes a cada 100 mil mulheres no ES, quatro vezes mais do que a taxa do país, de 0,5. Em 2017, 42 mulheres foram vítimas de feminicídio em solo capixaba --foram 7 casos a mais do que no ano anterior, que registrou 35 feminicídios do estado. No Brasil, o número de vítimas de feminicídio em 2017 chegou a 1.133, segundo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018.

Embora a violência seja marcante na vida de todas as mulheres, ela afeta de forma desigual brancas e negras, revelando como as relações de gênero e raça são estruturantes dessa lógica violenta e desumanizante. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres negras é de 5,3 em todo o Brasil, a de não negras é de 3,1 – uma diferença de 71%. No nosso estado essa diferença se acentua: 6,6 para mulheres negras e 2,2 para não negras, considerados grupos de 100 mil mulheres. Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto a de não negras teve queda de 8%.

É diante desse quadro que apresentamos algumas propostas de políticas públicas:

- Formular programas que estimulem a geração de emprego e renda para as mulheres, garantindo qualificação e formação profissional;
- Incentivar lideranças femininas para cultivo da agricultura familiar, visando a autonomia financeira e gestão de propriedades pelas mulheres;
- Fortalecer a participação das mulheres nos espaços de definição das políticas;
- Garantir recursos humanos e orçamentários para o funcionamento e ações do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Espírito Santo;
- Desenvolver capacitação continuada dos/as profissionais de saúde e de gestores/as, garantindo o atendimento humanizado e a autonomia das mulheres nos serviços nas redes pública e privada, sobretudo das mulheres negras;
- Assegurar assistência qualificada e humanizada à gravidez, ao aborto, ao parto e ao puerpério, a fim de reduzir a morbimortalidade materna, especialmente de mulheres negras;
- Promover medidas educacionais, preventivas e campanhas permanentes para o enfrentamento da violência contra as mulheres, incluindo outras formas de violência como a mercantilização do corpo das mulheres, assédio sexual, racismo, lesbofobia e a reprodução da violência nos meios de comunicação e publicitários e nas diversas ações de comunicação e cultura;

- Desenvolver e divulgar programas permanentes e campanhas educativas junto à comunidade escolar e população em geral, com as temáticas de gênero, diversidade sexual, geracional, racial e étnica, de pessoas com deficiência; sobre direitos das mulheres e sobre o enfrentamento a todas as formas de violência, discriminação e preconceito;
- Ampliar a rede de assistência às mulheres que sofrem violência doméstica como casas abrigo, DEAMs e profissionais especializados com um programa de formação e atualização permanente;
- Criar, ampliar, aperfeiçoar e monitorar a Rede Estadual de Atendimento às Mulheres em situação de violência, garantindo a inclusão de programas, serviços e ações, e a efetiva implementação da Lei Maria da Penha;
- Prevenção e redução da violência doméstica e de gênero, com a criação, apoio e fortalecimento do conjunto das medidas e mecanismos previstos na Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), assegurando o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência
- Aumentar o investimento público para o combate à violência contra as mulheres;
- Assegurar tratamento profissional adequado e respeitoso para mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais nos serviços públicos.
- Garantia de uma política de educação inclusiva e não-sexista, o que pressupõe minimamente:
- Garantia de condições que assegurem a autonomia e igualdade das mulheres no mundo do trabalho, através de:
- Estímulo à participação e controle social, com:
- Estruturação e fortalecimento do Conselho Estadual da Mulher, composto majoritariamente pela sociedade civil, garantindo a efetiva participação de todos os setores do Governo e dos movimentos.
- Garantia da realização da Conferência Estadual da Mulher.
- Apoio e fortalecimento às iniciativas dos movimentos de mulheres

2.2 Combate ao racismo e contra a opressão dos negros(as)

A escravidão terminou como modo de produção – embora vergonhosamente tenhamos ainda no Brasil ilegalmente algumas áreas de trabalho escravo -, mas o racismo continua e os negros e as negras são os mais explorados e discriminados dos trabalhadores e do povo. Recebem menores salários do que os brancos; são os mais pobres, com menor acesso à escola e possibilidades de emprego. Chamamos o combate sem tréguas ao racismo, a toda e qualquer discriminação e repressão. Denunciamos como vendedores de ilusão e como pretensos defensores da luta do movimento negro aqueles que defendem a possibilidade de integração e de igualdade racial no capitalismo brasileiro. O movimento negro do novo partido irá discutir o programa necessário para enfrentar de modo eficaz esta luta.

O Espírito Santo possui mais de 57% de sua população constituída de afrodescendentes. O povo negro capixaba contribuiu efetivamente para a construção cultural, social e econômica do Espírito Santo. Vários traços dessa contribuição são extremamente visíveis em dias atuais e comprovam essa afirmativa.

Mesmo diante dessa constatação, infelizmente, a situação do povo negro no Estado não é nada fácil. Os indicadores sociais desse segmento são os piores. Apesar de ser maioria em nosso estado, está sujeito a um sistema de saúde totalmente precarizado; a um modelo de educação sucateado e excludente; à falta de investimento nas áreas sociais; a uma política de segurança pública repressora e autoritária; à falta de acesso à justiça; às infraestruturas deficitárias das periferias, e à falta de interesse governamental na titulação e reconhecimentos dos territórios quilombolas, entre tantas outras vicissitudes.

Os governos Hartung-Casagrande, além de não implementarem políticas universalistas, não empreenderam esforços para resolver as milhares de mazelas sociais existentes e não adotaram nenhuma política afirmativa para reverter essa precária situação em que o povo negro capixaba se encontra.

Ao contrário, o modelo de administração voltada para gestão dos privilégios da burguesia local e das grandes empresas transnacionais afasta qualquer possibilidade e tentativa de resolver os problemas estruturais dos excluídos e das excluídas do nosso estado, principalmente da população negra capixaba.

Extermínio da Juventude Negra no Espírito Santo

Damião Reis e Ruan Reis, irmãos que foram brutalmente executados no Morro da Piedade no dia 25 de março de 2018, em Vitória/ES, são exemplos de uma cruel realidade vivida pela população capixaba: o extermínio da juventude negra.

De acordo com o Atlas da Violência de 2018, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), o Espírito Santo possui uma taxa de 32 mortes por 100 mil habitantes, sendo que existe uma disparidade racial imensa nesses números. Enquanto nosso estado acumula altas taxas contra a população negra, seguindo a média nacional, é uma das unidades da federação com menor número de assassinatos de pessoas brancas, inferior a dois dígitos por 100 mil habitantes. Em 2016, enquanto a taxa de homicídios para negros (pretos e pardos) foi de 42,3, a de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 9,3.

Isso demonstra que a violência letal em nosso Estado tem cor e que, em grande medida, é fruto do racismo que estrutura nossa sociedade. Por isso, precisamos desenvolver

políticas de combate ao racismo com vista também a diminuição do extermínio da juventude negra e a garantia de vida digna para a grande maioria da população capixaba.

Apesar disso, o povo negro continua resistindo e lutando pela garantia efetiva de seus direitos e por uma sociedade livre do racismo e da exploração do ser humano pelo ser humano. Nós, do PSOL, reconhecemos a importância da resistência do povo negro e propomos em prol desta população as seguintes políticas:

- Implementação da Lei Estadual 7.723, que institui o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
- Titulação, discriminação e arrecadação das terras em que se localizam os territórios quilombolas, especialmente arrecadando terras devolutas para a regularização destes territórios.
- Desenvolver o Programa Estadual de Combate ao Racismo Institucional, criando espaços de acolhimento de denúncias sobre intolerância racial nas diversas instâncias públicas e instituindo um programa de capacitação e de formação dos agentes públicos nesta temática;
- Recuperação das nascentes, rios e córregos, garantindo a soberania alimentar das famílias quilombolas;
- Implementação das políticas públicas específicas para a educação e a saúde dos povos tradicionais indígenas e afro-quilombolas, com a instituição de Planos específicos;
- Criação do Feriado Estadual de 20 de Novembro – Dia Estadual da Consciência Negra;
- Realização do Congresso Estadual dos Povos Originários Contra o Racismo, a Discriminação e todas as Formas de Intolerância, de caráter deliberativo.

- Combater a faxina étnica nos territórios negros urbanos, coordenado pelos setores governamentais responsáveis pelas políticas de promoção do povo negro.
- Criação do Programa Estadual de Formação de Professores em Cultura Negra, História Africana e Indígena coordenado pelos setores governamentais responsáveis pelas políticas de promoção do povo negro.
- Criação de um Programa de Combate ao racismo ambiental.
- Estruturação da Defensoria Pública do Estado, a ampliação do quadro de defensoras e defensores através da abertura de concurso público com cotas raciais e, ainda, criar um canal específico de atendimento, pela defensoria, de casos de racismo e injúria discriminatória;
- Desenvolvimento de ações de combate ao racismo institucional no âmbito do governo estadual e articulação integrada de ações semelhantes com os governos municipais;
- Inserir o quesito raça/cor nos registros públicos de nascimento, de óbito, violência e saúde, de maneira a possibilitar um mapeamento das violências cometidas contra a população negra, possibilitando o direcionamento de políticas públicas;
- Implementação das políticas de capacitação continuada dos membros da polícia civil, militar e corpo de bombeiros nas questões relativas aos Direitos Humanos e Combate ao Racismo, no sentido de erradicar e prevenir práticas de racismo institucional nesses setores e de garantir o devido recebimento das denúncias de discriminação étnica e racial.
- Implementação de uma disciplina obrigatória, nas Academias, Escolas e Cursos de Formação de Polícia Civil e Militar, sobre relações raciais e legislação anti-discriminatória;
- Criação dos Centros de Referência Regionais de apoio à pessoa vítima de violência racial e étnica;
- Implementação de Ações Afirmativas de raça em todas as instâncias do poder executivo estadual;
- Criação de campanhas estaduais de valorização da pessoa negra, enfrentando, por meios educativos ou repressivos, a superexposição nos meios de comunicação das pessoas negras como suspeitos ou vítimas de violência;
- Elaboração de uma cartilha educativa para policiais e população em geral;
- Elaboração do plano especial de combate à violência policial cometida contra as populações quilombolas, orientado para o tratamento humanizado e anti-discriminatório da população negra quilombola, no exercício de seus direitos e liberdades fundamentais de protesto e de exigibilidade do direito à terra, punindo exemplarmente condutas de abuso de autoridade e vedando quaisquer procedimentos de monitoramento e perseguição aos movimentos sociais.
- Apresentação de dados estatísticos oficiais sobre violência contra negros no Estado do Espírito Santo;

- Monitoramento do cenário estadual das políticas sobre drogas e a sua interface com as construções político-sociais e raciais nas esferas da redução de danos, segurança pública, de execução penal.
- Realizar, em regime de colaboração com entidades da sociedade civil, universidades e órgãos governamentais desenvolverá pesquisas que articule os vetores uso drogas, questão racial, população de rua, violência letal intencional e espaços de encarceramento.

2.3 Em defesa dos aposentados e idosos

Milhões de trabalhadores chegam à velhice sem direito à aposentadoria e, portanto, sem nenhuma garantia de renda que lhes permita viver dignamente. Isso é resultado da permanência – e hoje crescimento – da informalidade das relações de trabalho. É urgente garantir a todos, independentemente de sua capacidade contributiva, uma renda para o momento da velhice.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores que se aposentam, em sua grande maioria recebem aposentadorias baixíssimas, insuficientes para suas necessidades com saúde, moradia, alimentação. É preciso garantir condições dignas de vida para estes trabalhadores que durante anos produziram a riqueza do país.

Corrigir as injustiças e lutar para que sejam revistos e anulados os ataques aos aposentados executados nas reformas previdenciárias é parte das nossas bandeiras. Rejeitamos também a desvinculação do reajuste do salário mínimo do reajuste das aposentadorias. Por uma aposentadoria digna para todos.

2.4 Infância e Juventude são expressões essenciais da vida social

A luta da juventude é, no presente, a luta pelo futuro. A luta da juventude é decisiva. Há demandas claras de emprego, escola pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade. Nos colocamos contra o extermínio e a repressão praticada contra a juventude. Este é o Segmento que mais morre pessoas vítimas da violência.

Há uma crescente criminalização da infância e juventude e uma brutal e insidiosa estigmatização da infância e juventude pobres. Injustamente, convencionou-se no debate público associar juventude e violência . O que é um erro brutal.

O número de crianças, adolescentes e jovens autores de atos violentos é muito menor que o que a representação social faz crer. Não há como falar de infância no singular nem de juventude, mas, sim de infâncias e juventudes. Por isso, afirmamos a existência de uma demanda específica de reconhecimento por parte da juventude negra que vem sendo a maior vítima do processo de criminalização e, também, da violência urbana.

Assim, nosso ponto de apoio será estimular a auto-organização da juventude. A partir de um regular esforço de ampliação deste tecido auto-organizado, defendemos a transversalidade das políticas públicas de infância e juventude. Da autonomia e do protagonismo poderiam surgir ações auto-educativas da juventude para a juventude.

No caso da juventude negra, ocorre uma vulnerabilidade socioeconômica e civil maior que vem à tona de modo gritante, tanto pela exclusão do mercado de trabalho, quanto por um circuito de práticas de extermínio, e de outras modalidades de violência, cujas vítimas são jovens negros, pobres, de periferia, com idades entre 18 e 24 anos.

O Governo do PSOL vai valorizar e fortalecer o controle e participação da juventude sobre as políticas públicas a partir do diálogo com o Conselho Estadual da Juventude e demais organizações juvenis.

Ainda persiste no ES um flagrante desrespeito aos parâmetros estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente no que diz respeito à aplicação de uma política pública estadual mais ampla que garanta de fato os direitos humanos desse segmento. Para dar conta das demandas reprimidas neste segmento o PSOL propõe:

- Formular um Plano Estadual, com metas e recursos orçamentários assegurados, que garanta a efetiva implementação da política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em todas as suas frentes, viabilizando a aplicação das diretrizes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD).
- Instituir um sistema de acompanhamento e avaliação do plano, assegurando a ampla participação da sociedade na sua formulação e no controle da sua execução.

- Fortalecer o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, através da sua estruturação e qualificação da sua atuação, e em parceria com os municípios, reforçar o papel dos Conselhos Tutelares e de Direitos.
 - Promover uma reforma radical no padrão de unidade de privação de liberdade adotado, substituindo-o por um modelo orientado pelos parâmetros estabelecidos no ECRIAD e SINASE, fazendo com que seja efetivamente cumprida a sua função socioeducativa, respeitando e garantindo os direitos e a integridade física dos adolescentes.
 - Apoiar e incentivar a expansão de programas de atendimento socioeducativo em meio aberto (liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade), entendidas como as melhores alternativas para o processo de reeducação e ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei.
 - Garantir a escolarização, atendimento em saúde, esporte, cultura e educação para o trabalho nos programas de atendimento ao adolescente em privação de liberdade.
 - Garantir aos adolescentes privados de liberdade e suas famílias informação sobre sua situação legal, bem como acesso à defesa técnica durante todo o período de cumprimento da medida socioeducativa.
 - Implantar corregedorias no sistema socioeducativo para investigar e punir agentes do Estado que praticam agressões, torturas e violam direitos dos adolescentes.
 - Fomentar a criação de instâncias especializadas e regionalizadas do sistema de justiça, de segurança e defensorias públicas, para atendimento de crianças e adolescentes vítimas e autores de violência.
 - Incentivar e apoiar os municípios na estruturação de redes para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.
-
- Ampliar o acesso e qualificar os programas especializados em saúde, educação e assistência social, no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e de suas famílias.
 - Desenvolver campanhas de informação sobre o adolescente em conflito com a lei, defendendo posicionamento firme contra a redução da maioria penal ou ampliação de tempo de internação para adolescentes.
 - Erradicar o trabalho infantil por meio das ações intersetoriais no Governo Estadual, com ênfase no apoio às famílias e educação em tempo integral, apoiando as iniciativas municipais que adotam tal estratégia.
 - Adotar estratégias em todos os programas e projetos que garantam a não discriminação de crianças e adolescentes em razão de classe, raça, etnia, crença, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, prática de ato infracional e origem.

2.5 População LGBTQ: pela livre expressão sexual

A perseguição à livre expressão sexual é uma constante que se manifesta no trabalho, em locais públicos, no lazer. A repressão policial é uma constante contra lésbicas, bissexuais, gays, travestis, transexuais. A luta pelo direito à livre orientação sexual é uma luta nossa.

As mobilizações de centenas de milhares de pessoas em todo o país durante as chamadas paradas gays, com algumas marchas chegando a quase um milhão de pessoas, mostra o claro avanço da luta pelos direitos civis. Contra toda e qualquer violência e preconceito contra a orientação sexual dos GLBTS. Pelo reconhecimento da união patrimonial de pessoas do mesmo sexo e suas decorrências legais! Com estes princípios defendidos por todo o partido, os movimentos dos GLBTS construirão também o programa partidário sobre o tema.

As populações LGBTQ são extremamente vulneráveis em diversos aspectos. Muitos travestis têm seus corpos deformados ao usarem silicone industrial. O acesso a políticas de prevenção de DST e HIV/AIDS não são garantidos. Ainda há o *bullying* escolar, constrangimentos profissionais, a prostituição em condições que expõe as e os profissionais do sexo, a violência, e por vezes à drogadição.

A realidade das populações LGBTQ é cruel: humilhações públicas, espancamentos, assassinatos, suicídios e tentativas, dificilmente contabilizados. Nosso programa responderá à violação de direitos e a invisibilidade social dessas populações com medidas que assegurem acesso e promoção dos direitos, e uma maior visibilização dessas populações, através das seguintes propostas:

- Promoção e defesa dos direitos do público LGBTQ;
- Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o conhecimento social.
- Criação de um Centro de Referência de Enfrentamento ao Preconceito, Discriminação e Violência, assegurando atendimento psicossocial e orientação jurídica especializada;
-
- Apoiar medidas legais que criminalizem a homofobia e reconheçam a união civil entre pessoas do mesmo sexo, e os direitos dela decorrentes, como adoção homoparental, direitos previdenciários, direitos a partilhar como casal o plano de saúde.
- Na Secretaria Estadual de Direitos Humanos, criaremos um Departamento de enfrentamento a práticas homofóbicas, sejam ela institucionais ou sociais, que esse

departamento seja articulador de ações com a sociedade civil organizada, ligado diretamente ao gabinete de governo.

- Construiremos um plano de enfrentamento à homofobia, com dotação orçamentária, profissionais para implementação e criação de mecanismos que permitam a sociedade civil organizada monitorar a sua implementação.
- Implementação do uso do nome social para travestis e transexuais em todos os serviços públicos, com campanhas de orientação da nova postura do poder público;
- Lançamento de um plano estadual de saúde da população LGBTQ, que leve em consideração as necessidades desta população, como hormonização, transgenitalização, saúde preventiva de lésbicas, políticas de prevenção a DST e HIV/AIDS como, por exemplo, a distribuição de lubrificante como política de saúde, assegurando recursos para a implementação deste Plano;
- Criar um plano de enfrentamento a homofobia na escola, com estratégias de permanência e escolarização de homossexuais em particular travestis e transexuais evadidas de escolas;
- Fomentar a criação de núcleos de pesquisa e promoção da cidadania de LGBTQ em parceria com a Universidade Federal do ES.
- Criar o Conselho Estadual de Direitos da População LGBTQ;

- Criar, nos formulários de órgãos estaduais, especialmente no sistema público de saúde, itens que permitam a identificação das populações LGBT E organizar as informações oficiais sobre os crimes homofóbicos e as violações dos direitos da população LGBT, por meio da obrigatoriedade do registro nos atendimentos em órgãos públicos;

2.6 Povos Indígenas

As comunidades indígenas no ES, assim como no restante do país, vivem em estado de permanente insegurança frente às investidas frequentes do grande capital sobre suas terras. No ES, a ameaça de extinção dos povos indígenas começou com a instalação da monocultura do eucalipto pela Aracruz nos anos de 1970, marcando o início de um processo violento de invasão do território desses povos originários, destruindo os bens que lhes são mais caros: a terra e a natureza.

Essa política, que recebeu e continua recebendo incentivos dos governos estaduais, também provocou destruição ambiental e extinção da agricultura familiar e da produção diversificada, essencial à vida e à sobrevivência dos povos da região e do ES.

A brava resistência do movimento indigenista com o apoio dos demais movimentos sociais frente a este quadro dramático vêm sendo alvo de discriminação, violência e ações de criminalização das lideranças e das suas organizações. Isto é reforçado pela inexistência de uma política indigenista voltada efetivamente para a defesa e promoção dos direitos desses povos, tanto por parte do Governo Federal como do Governo do ES. O PSOL propõe:

Apoiar e proteger as ações de demarcação de terras das comunidades indígenas no Estado, visando assegurar a sua integralidade, a manutenção e resgate das condições de reprodução das comunidades e de seus modos de vida.

- Implantar um sistema de proteção permanente em terras indígenas.
- Divulgar informações sobre os povos indígenas e seus direitos, combatendo a discriminação e a violência contra as comunidades e suas culturas.
- Incorporar na elaboração das políticas públicas os saberes dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

- Garantir às comunidades indígenas a assistência à saúde, respeitando e valorizando os seus conhecimentos tradicionais e medicinais.

- Garantir o acesso à educação formal bilíngüe, com currículo adequado, com respeito às suas formas próprias de produção de conhecimento, assegurando a participação de representantes das etnias, indigenistas e especialistas em educação na formulação e acompanhamento da sua implementação.
- Apoiar as medidas que visam assegurar o acesso e permanência da população indígena no ensino superior, por meio de ações afirmativas e respeito à diversidade étnica e cultural.
- Apoiar as medidas de proteção dos direitos das crianças indígenas nas redes de ensino, saúde e assistência social, visando valorizar os seus modos de vida e a reprodução de seus valores culturais e etnoambientais.
- Este programa visa sintetizar os anseios de todos os capixabas que querem uma sociedade mais justa, e estas são as propostas que defendemos para iniciar o processo de mudanças necessário para um Espírito Santo mais justo e mais democrático.

EIXO III – ECONOMIA A SERVIÇO DO POVO

O Espírito Santo é apontado como um dos Estados que mais tem crescido no período recente, no entanto, continua com uma participação diminuta no PIB nacional. De acordo com o IBGE, o PIB do Estado em 2017 foi de R\$120 bilhões de reais, o que representa apenas 1,82% na participação do PIB do país. Em 2010, essa participação era de 2,2% do PIB nacional.

Ao analisarmos esse “desenvolvimento” constataremos que os governantes do bloco hegemônico Hartung-Casagrande impuseram aos capixabas um crescimento com sérios impactos sociais e ambientais, que privilegia os grandes projetos e os interesses privados.

As atividades econômicas são desenvolvidas a partir dessa perspectiva, de forma a garantir a manutenção de um ambiente privilegiado para o setor privado com estabilidade e incentivos, principalmente pela via da renúncia fiscal, ou isenção, e na aprovação de diversos grandes projetos porto-industriais por toda a costa marítima do Estado.

A renúncia fiscal, forma perversa de transferência de renda pública, tem onerado os cofres capixabas em bilhões de reais. Em tempos de vacas magras na economia, o governo do Espírito Santo continua abrindo os cofres públicos em favor dos empresários. A previsão é de que o Estado deixe de arrecadar R\$ 4,62 bilhões por conta de incentivos fiscais de 2017 a 2020. Somente este ano, o governo Paulo Hartung (PMDB) oferecerá R\$ 1,1 bilhão ao empresariado por meio de renúncias fiscais. Todos os dados constam do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2018, que passou a tramitar na Assembleia Legislativa nesta terça-feira (2).

O total da renúncia fiscal estimada para 2017 é 4,73% maior do que a prevista no texto da LDO em vigor. No comparativo entre os setores contemplados pelos incentivos, os atacadistas seguem como os maiores beneficiados – ao longo desses próximos quatro anos, o setor deixará de arrecadar R\$ 2,93 bilhões. Na sequência, um novo setor industrial tomou a segunda colocação entre os maiores incentivos: o de venda não presencial. Na primeira vez que constam na LDO, as empresas do segmento deixarão de recolher R\$ 550,2 milhões até 2020.

De acordo com matéria publicada pelo Site Século Diário, em 08/08/2018, “a Assembleia Legislativa sacramentou, neste mês de agosto, as renúncias fiscais concedidas pelas gestões do governador Paulo Hartung e do antecessor, Renato Casagrande. Até hoje, a sociedade capixaba não sabe quais são as empresas e os valores dos quais o governo tem aberto mão. Essa decisão comprometerá a próxima gestão estadual, uma vez que a legislação obriga futuros governantes a respeitarem as renúncias já concedidas. De acordo com estimativas, o custo anual para o Estado é de mais de R\$ 1 bilhão. Desde o primeiro mandato de Hartung, quase 20 bilhões de renúncias de receitas.”

De acordo com texto divulgado pela Assembleia Legislativa, “os deputados aprovaram, à unanimidade, o Projeto de Lei (PL) 209/2018, que regulamenta a remissão, anistia e reinstituição dos incentivos fiscais do Estado. De iniciativa do Executivo, a matéria foi elaborada de acordo com determinação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), do Ministério da Fazenda, e objetiva dar mais segurança jurídica à legislação que trata do tema”.

Na prática, a Casa de Leis deu aval para todos os benefícios irregulares dados pelos governos Hartung e Casagrande, que passaram se tornar legais nacionalmente, conforme a Lei Complementar 160/2017, sancionada pelo presidente Michel Temer em agosto do ano passado, que está, inclusive, sendo questionada pelo governo do Amazonas no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para especialistas, as ilegalidades do PL capixaba, agora transformado em lei, são flagrantes, uma vez que falta transparência na divulgação de quais são exatamente as renúncias de receita da qual o Estado abre mão, conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Como ninguém conhece as empresas beneficiadas e os valores individualmente, essa caixa-preta pode surpreender o próximo governante capixaba.

O governo Casagrande apenas deu continuidade à política de incentivos fiscais deflagrada pelo antecessor, Paulo Hartung. A lista das 20 maiores empresas beneficiadas pelo Programa de Incentivo ao Investimento no Estado (Invest-ES) na era Hartung evidencia o privilégio aos grandes projetos e empresas multinacionais. No topo da lista das empresas beneficiadas estão as integrantes dos grandes projetos: Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), Companhia Siderúrgica de Tubarão, Sol Coqueiral Tubarão S/A (subsidiária da CST).

Os favorecimentos nos licenciamentos ambientais também são escandalosos. A falta de fiscalização dá margem a agressões ambientais que significam uma grave queda na qualidade de vida do capixaba, a exemplo do pó das mineradoras instaladas na capital e da fábrica de celulose instalada na cidade de Aracruz.

E os benefícios para a população? Empregos, segundo dizem os defensores desta visão. Não dizem que os empregos mais bem remunerados dependem de conhecimentos que o governo capixaba não disponibiliza para a população, e que estas empresas trazem consigo uma série de profissionais para aqui se instalar. Não dizem também que os empregos trarão uma série de cidadãos de outras localidades que também disputarão as poucas vagas. Não há qualquer medida preventiva quanto ao inchaço populacional causado. E com tudo isso, quem ganha? As grandes empresas aliadas ao capital estrangeiro, que se instalam no ES a baixíssimo custo e conseguem enormes taxas de lucro. Ganha também os políticos cujas campanhas eleitorais elas financiam. Neste sentido, é necessária a revisão imediata dos programas de concessão de incentivos fiscais aos grandes investimentos no Estado.

Nós, do PSOL, acreditamos em outro modelo de desenvolvimento, através de uma política econômica que combata a desigualdade social com investimento nas políticas sociais e com o fim das privatizações, das terceirizações e das isenções fiscais ao empresariado, invertendo prioridades, buscando atendimento das necessidades e reivindicações mais sentidas dos setores populares.

Ao contrário do que diz as candidaturas que defendem o papel mínimo do Estado, nosso governo deve assumir papel ativo na indução do desenvolvimento econômico, social e da recuperação e preservação ambiental. Em especial nestes tempos de crise, em que o desemprego é uma realidade para pelo menos 13 milhões de brasileiros e pelo menos 264 mil capixabas (dados do primeiro trimestre de 2018) e grandes crises assolam o povo capixaba, a exemplo da seca que afeta o interior do Estado e a crise verificada recentemente na segurança pública, a partir do estrangulamento dos salários dos policiais que levou a uma greve que causou mais de 400 mortes em nosso estado.

Em seu último governo Hartung assumiu o discurso do estado falido e reduziu radicalmente os investimentos públicos, em especial no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, social e a recuperação e preservação ambiental. Isso se comparado ao governo anterior, que também não dispensou grandes investimentos em áreas estratégicas em termos sociais, econômicos e ambientais. Abaixo elaboramos um quadro com algumas das despesas do governo nos anos de 2012 a 2017.

Orçamento por algumas áreas estratégicas da economia, infraestrutura social e meio ambiente (em milhões de reais)

Orçamento por 2017 área/secretaria	2016	2015	2014	2013	2012	
RECURSOS HÍDRICOS	15,6	4,3	4,4	1,9	1,1	0,87
REFORMA AGRÁRIA	0,08	0,07	0,06	0,22	0,85	0,39
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	68,2	68,8	68,8	94,7	72,3	52,7
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	6,1	33,5	4	11,1	3,8	5,9
INDÚSTRIA	8,4	8,6	2	26,5	5,2	4,1
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	0,37	0,38	0,5	24,2	3,1	1,8
HABITAÇÃO	1,8	5,7	7,7	2,8	12,3	10
SANEAMENTO	21,2	41,2	42,3	16,2	228,9	82

Fonte, Portal da Transparência do Estado do ES (elaboração própria)

Numa rápida análise destas despesas do governo é possível verificar o baixo investimento em setores que são vitais para um desenvolvimento econômico que tenha no centro de suas preocupações o bem-estar social. A reforma agrária teve uma destinação irrisória de recursos em todo este período, tal como o investimento em recursos hídricos, preservação ambiental e da promoção industrial.

Os investimentos em habitação e saneamento também são baixos, com exceção do ano de 2013 para o saneamento básico, sendo que este tipo de infraestrutura social, além de geradora de bem-estar, promove uma forte alavancagem na atividade econômica.

De outra parte, o governo nada fez para recuperar a capacidade de investimento do Estado, mantendo os privilégios do andar de cima e apresentando a fatura para o conjunto do povo capixaba. Exemplo são os recursos de dívida ativa do estado, que ficaram na média de 3 bilhões no último governo, sendo que o governo Hartung não recuperou mais de 2% destes recursos que reforçariam diretamente a capacidade de investimento do estado.

Outro escândalo em favor do andar de cima são as isenções fiscais, que seguem beneficiando grandes empresas ou setores que nada ajudam no desenvolvimento do estado (a exemplo do setor atacadista, que tem sido grande beneficiário de isenções nos últimos anos). Até o ano de 2021 já estão previstos 5,1 bilhões de reais em isenções fiscais para os empresários, o que deve ser revogado por nosso governo.

Ademais, ao aprofundar o Estado do Espírito Santo como uma espécie de plataforma de exportação e paraíso das empresas mineradoras e de monocultivos (a exemplo da Vale e da Fibria) o governo de Hartung manteve o caráter ultra dependente e periférico de nosso Estado, relegando ao povo capixaba danos ambientais e baixo desenvolvimento econômico e social.

Em nosso governo faremos um enfrentamento decidido a política de Hartung e a toda lógica de política econômica que tem persistido em nosso estado nos últimos anos e que só beneficiam o andar de cima. O desenvolvimento econômico, social, bem como a recuperação e a preservação ambiental que propomos diz respeito ao bem-estar de nosso povo, ao uso sustentável da terra e dos recursos naturais e a inclusão produtiva dos trabalhadores, valorizando obras de infraestrutura social, a agricultura familiar (em especial as de prática agroecológicas) e uma indústria voltada para as necessidades da população.

Algumas medidas que propomos no campo da economia, do bem-estar social e da recuperação e preservação ambiental em nosso estado:

- Fim das isenções fiscais com vistas a fortalecer as finanças públicas e recuperar a capacidade de investimento do Estado;
- Revisão do Fundap e Invest, com redirecionamento dos investimentos para a indústria geradora de empregos e bem-estar, para a agricultura familiar e a economia popular;
- Cobrança da dívida ativa com vistas a reforçar a capacidade de investimento do estado

- Investimento em infraestrutura social, como habitação, saneamento e melhoria do transporte público;
- Enfrentamento da seca do estado com obras de irrigação que beneficie, em especial, os pequenos e médios agricultores;
- Revisão da Política Ambiental, com vistas a inibir novos empreendimentos geradores de grandes impactos ambientais, a exemplo de novos portos e rever os termos dos empreendimentos atuais;
- Valorização das práticas agroecológicas, da economia popular e solidária, com a geração de estruturas (como feiras e mercados públicos) que liguem diretamente os produtores aos consumidores;
- Ampliação do investimento em Ciência e Tecnologia para estimular a inovação em favor das demandas populares;
- Valorização dos serviços públicos, com recomposição e reajuste salarial para os servidores, reestabelecimento dos concursos públicos e dos planos de carreira com vistas a melhorar os serviços para a população.

3.1 investir em ciclos produtivos locais e sustentáveis

O Espírito Santo tem muitos potenciais econômicos ofuscados pelo papel historicamente relegado de ser corredor de escoamento de mercadorias produzidas em outras regiões e exportador de matéria prima. Para nós, do PSOL, que não dependemos dos grandes empresários, nem os daqui nem os de outras regiões, o Espírito Santo tem capacidade de estabelecer outra lógica econômica – a lógica da inversão de prioridades.

A economia não deve ser orientada pelas prioridades dos grandes empresários, parcela diminuta da população. Devemos pensar em um modelo econômico que seja melhor para um maior número de pessoas. Que empregue mais gente e que remunere melhor. Que forneça produtos melhores.

No nosso governo, usaremos todos os instrumentos públicos de planejamento e incentivo econômico para criar *ciclos econômicos locais e sustentáveis*. Faremos isso estimulando a utilização de matéria prima disponível na própria região (por exemplo, rochas ornamentais, frutas nativas e as bem adaptadas), a criação de pequenas unidades de beneficiamento e fabricação – em especial sob a forma cooperativa – que processem e produzam mercadorias que possam ser comercializadas e consumidas no próprio Estado. Assim, criando pequenos ciclos produtivos, pretendemos que a riqueza gerada seja mais bem aproveitada por quem a produziu.

Realizaremos estudos e pesquisas que identifiquem atividades produtivas locais a serem potencializadas tais como: identificar e explorar atividades econômicas alternativas a exemplo da energia eólica, da pesca em cativeiro, assim como, a biotecnologia e biodiversidade.

3.2 Serviços para gerar emprego e aproveitar nossos potenciais

O que constatamos na realidade capixaba é que a sociedade não “cresce” (ambiente natural, saúde, educação, moradia, mobilidade humana, segurança, trabalho, renda, equidade, aposentadoria digna) junto com a economia, mas a ela se subordina. Verificamos ainda que a eliminação de muitos “postos de trabalho” e as precárias “relações de trabalho” geram insegurança, desigualdades, empobrecimento e violência. Além disso, têm-se fortes indícios de que o crescimento econômico alcançado não foi capaz de melhorar as condições de vida da maioria da população do Espírito Santo.

Obter uma vaga no “mercado de trabalho formal” hoje não é uma tarefa fácil para o grande contingente de homens e mulheres, sobretudo os das cidades mais afastadas da Região Metropolitana. Àqueles e àquelas que sempre viveram à margem – no chamado “mercado informal” – somam-se um contingente de trabalhadores imigrantes, os demitidos com a eliminação de “postos de trabalho” e os jovens ingressantes.

A resposta do Estado brasileiro para o enfrentamento da situação tem sido a implementação de “políticas públicas”, em suas variadas denominações: “consórcio da juventude”, “primeiro emprego”, “requalificação profissional”, “programa incluir”, “crediamigo”, “credjovem” etc. Todas têm em comum o reconhecimento cabal da impossibilidade de inclusão social, via “mercado de trabalho”. Para compensar tal situação, o sistema estatal mais diretamente voltado para a problemática do “emprego e renda”, estimula a busca de alternativas de ocupações disseminando os conceitos de “empregabilidade” e de “empreendedorismo” como “remédio para todos os males”.

Em nossa concepção, o Estado deve exercer um papel estratégico de criação de espaços econômicos passíveis de serem ocupados por segmentos de baixa renda, de modo a integrá-los num processo que lhes permita a obtenção de melhores condições de existência com relativa autonomia. O Estado pode incentivar, também em parceria com os municípios, a formação de grupos de produtores e produtoras, proporcionando alternativas de geração de renda que ajudariam, inclusive, a fortalecer a economia local.

Do ponto de vista programático, a formação de grupos produtivos tem por perspectiva um modo de desenvolvimento econômico e social voltado para a integração socioeconômica desses segmentos da população. O eixo estratégico deverá ser orientado pela busca de superação da situação de vulnerabilidade e pobreza das famílias. Nesse sentido, trata-se de uma política pública de geração de renda e fortalecimento financeiro desses grupos, sem se caracterizar como uma política compensatória tradicional, posto que balizada pela via produtiva de elevação de renda, e não pelo fomento ao consumo das famílias.

Para tanto, além da mobilização e organização de grupos produtivos, devemos garantir a elevação da escolaridade, qualificação tecnológica, aquisição de equipamentos e canais de comercialização de produtos e serviços, incluindo-se um marco legal adequado que possibilite sua participação no contexto das compras governamentais.

Deste modo, incentivaremos à criação de cooperativas ou mesmo associações de trabalhadoras e trabalhadores, a partir de:

- Programa de incentivos e de acompanhamento a empreendimentos econômicos solidários e autogestionários;
- Incentivos fiscais e tributários;
- Fundo estadual e crédito para aquisição de tecnologia, formação técnica e política e compra comum de equipamentos;
- Programa de compras governamentais de bens e serviços.

3.3 Um modelo agrícola que atenda às necessidades da população

O atual modelo agrícola é excludente. Baseado na grande propriedade, no uso indiscriminado de agrotóxicos e na cultura de exportação, não serve para atender às necessidades dos camponeses e da população em geral. Atende apenas aos grandes proprietários de terra e às empresas agrícolas, agredindo o meio ambiente e pressionando as populações ao êxodo rural. Para mudar esse quadro, no nosso governo implementaremos:

Uma política de fortalecimento da agricultura familiar, baseada em incentivos fiscais, capacitação técnica e linhas de financiamento adequadas à realidade deste setor;

Incentivos a culturas de espécies que possam ser processadas e consumidas no próprio estado, criando ciclos locais e sustentáveis;

Defesa da agroecologia como visão sustentável da agricultura: contratação de técnicos especializados no tema para capacitar os agricultores do Estado;

Defesa da sobretaxação da monocultura e da grande propriedade como forma de desestimular este modelo, criando, com o dinheiro arrecadado, um fundo de apoio à agricultura familiar e sustentável;

Fiscalização rigorosa, em especial nos grandes empreendimentos, sobre o uso dos produtos agrotóxicos, punindo os que agridem o meio ambiente;

Um zoneamento agroecológico e agrário, ordenando a ocupação e uso da terra e de outros recursos naturais, em especial da água;

Criação de programas de assistência técnica e social destinados às populações do campo, levando em conta suas particularidades e suas características de gênero e de etnia;

Criação de programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar para as instituições públicas;

Estímulo à integração dos pequenos produtores a redes de comércio justo e de economia solidária, e criação de mais espaços de venda direta (feiras, Horto mercados, mercados municipais).

Construção de um ambiente de conhecimento e pesquisa tecnológica voltado para a pequena produção agropecuária, integrado com a proposta de criação de uma Universidade Estadual, com *campi* avançados para ensino, pesquisa e extensão.

3.4 Terra para quem nela trabalha! Em defesa da democratização do campo

O modelo fundiário do país é tão excludente quanto o modelo agrícola. Muitos títulos de propriedade têm origens absolutamente desconhecidas, e assim o poder público, que deveria organizar a distribuição de terras, de modo a corrigir eventuais injustiças, deixa que a lei do mais forte prevaleça no campo, quando se trata de título de propriedade. Nosso governo enfrentará a grilagem e terá papel ativo na questão fundiária com as seguintes medidas:

Identificação de todas as terras públicas e a sua extensão, priorizando áreas em que há conflito agrário, constituindo um cadastro de terras públicas (onde estão as terras, em que mãos estão, quais as condições de uso);

Recuperação da posse de todas as terras públicas que estejam sendo usadas indevidamente por grandes empresas e grandes proprietários;

Titulação das terras que estejam sendo ocupadas por agricultores familiares, estabelecendo, neste caso, a inalienabilidade das terras, permitida a transmissão hereditária;

Revisão dos processos de concessão de terras públicas a grandes empresas e grandes proprietários. Nos processos em que forem encontradas irregularidades, cancelar as concessões, cobrar o valor equivalente ao tempo de uso e retomar as terras.

Cancelamento dos títulos de propriedade que não tiverem origem no próprio Estado.

Destinação de todas as terras públicas recuperadas ao assentamento de trabalhadores rurais sem-terra, a filhos de pequenos produtores familiares e comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas).

3.5 Um turismo sustentável

Também pretendemos fazer crescer o turismo no Estado. Esta é uma grande vocação, até então subaproveitada. Isto porque para os governos anteriores e para os demais candidatos, os “grandes projetos” são mais importantes do que a preservação e visitação de nossas cidades.

O turismo pode ser uma atividade econômica agradável e que crie renda e qualidade de vida para a população local. Desde que bem orientado. É preciso fortalecer o turismo sustentável, receber bem os visitantes e oferecer produtos de qualidade e de bom preço. Isto só é possível pensando em fortalecer e priorizar os pequenos empreendimentos turísticos e a associação cooperativa dos prestadores de serviços do setor.

O nosso governo vai privilegiar os pequenos e médios empreendimentos e a forma cooperativa. Incentivaremos os pequenos e médios restaurantes e pousadas, associações de artesãos e de guias turísticos. Criaremos cursos específicos para prestadores de serviço e populações de locais turísticos, que discutam como receber os nossos visitantes.

Realizaremos pesquisas em nossas áreas turísticas sobre a diversidade biológica, relíquias históricas, patrimônios culturais e outros atrativos. Estruturaremos uma política de preservação e divulgação destes bens, para termos um fluxo turístico mais constante.

3.6 Meio-ambiente: Uma perspectiva ecológica, popular e socialista

Não há dúvidas de que o mundo está imerso em uma crise socioambiental planetária de proporções ainda não vividas pela sociedade humana. Sua face mais visível, mas não única, são o superaquecimento da Terra e as mudanças climáticas. Na verdade, essa crise se relaciona com a atual configuração do modo de produção capitalista, com seu modelo de desenvolvimento, a um só tempo fossilista e produtivista-consumista, e um modo de vida das elites econômicas mundiais baseado no consumo perdulário, que são, a um só tempo, ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos; não só em escala regional ou nacional, mas em nível planetário.

A construção de um ideário de superação do processo capitalista reúne hoje, além dos tradicionais pressupostos socialistas, um grande impulso ainda mais vital ligado à questão ecológica. Esse fator pode contribuir decisivamente na reorganização dos trabalhadores internacionalmente.

Tendo claro que as forças de destruição irracionais acumuladas pelo sistema ameaçam o conjunto da humanidade e da vida no planeta, de tal forma que a luta contra o capitalismo significa a luta em defesa da ecologia, do meio ambiente e da vida, o novo partido elaborará sua plataforma ecológica com a intervenção direta do movimento ecológico nos próximos meses.

Nesse cenário, a tarefa premente em relação à dimensão ambiental no Espírito Santo será explicitar a construção de uma cultura de gestão radicalmente democrática, socialmente justa e ambientalmente responsável para o Estado, de modo a combater o desenvolvimento desta crise, compreendendo a relação existente entre o local e o global. Isso significa expor uma crítica à generalização das práticas de desenvolvimento insustentável, do ponto de vista urbano, ambiental e social, que se expressam através de medidas que consolidam o consumismo, com sua contrapartida “exclusão social”, e de políticas que fortalecem o capital imobiliário, o transporte privado, o crescimento de uma matriz energética indesejável, a degradação de espaços verdes, a apropriação privada dos espaços públicos, pois no capitalismo a interação entre homem e natureza é direcionada pela busca constante do lucro, que só é possível pela exploração descontrolada do trabalhador e da natureza.

De modo simultâneo deveríamos também abordar a questão ambiental de maneira a evidenciar que são invariavelmente os mais pobres, aqueles que mais sofrem com o aprofundamento da degradação ambiental. Neste sentido, é preciso que o debate sobre a perspectiva ambiental invada o Estado do Espírito Santo, pois este é o grande desafio de nosso tempo.

Um governo ecossocialista deve romper com essa lógica, adotando uma política de desenvolvimento voltada para a harmonização entre a inclusão social e a preservação dos recursos naturais imprescindíveis à qualidade de vida dos cidadãos. Nesse sentido, tomaremos as seguintes medidas:

- Promover o estímulo a um novo padrão de consumo, só factível com o fim da cultura da descartabilidade, do desperdício e da obsolescência planejada. Isso será viabilizado com apoio logístico da SEDU ao desenvolvimento de projetos pedagógicos ambientalistas nas escolas públicas e privadas.
- Modificar o critério de implantação de grandes projetos desenvolvimentistas do Espírito Santo. As decisões relativas à exploração de minérios e de combustíveis fósseis, o uso de recursos hídricos e as atividades de alto impacto ambiental (como a produção de papel e celulose, a extração de pedras ornamentais, etc.) serão tomadas

a partir de critérios não-monetários que incorporem o ideal de preservação dos recursos para as gerações futuras.

- Estabelecer a fiscalização pública eficaz sobre os grandes empreendimentos desenvolvidos no Estado, mediante a utilização de aparelhos adequados de medição dos níveis de poluição, imputação de vultosas multas, e requisição das medidas judiciais cabíveis contra as empresas que não se adequarem aos interesses ambientais difusos.
- Criar um fundo específico de recuperação ambiental.
- Combater de forma eficaz a poluição sonora nos grandes centros urbanos do Espírito Santo, mediante a aplicação rigorosa das legislações pertinentes ao Disque-silêncio .
- Apoiar, a partir de convênio entre o Estado e a União, estudos sobre a viabilidade do estabelecimento de matrizes energéticas não poluentes no Espírito Santo, tais como as fábricas de energia eólica e solar.
- Subsidiar as fábricas de reciclagem do lixo e estabelecer convênios com as Prefeituras para viabilizar a coleta seletiva e o reaproveitamento do lixo aproveitável.

3.7 IEMA: Órgão estratégico para o modelo de desenvolvimento defendido pelo PSOL

Conforme Lei Complementar n. ° 248/2002 (Lei de criação), o IEMA é uma autarquia, conta com corpo jurídico e orçamento próprios, pertencente à administração indireta, sendo responsável por **planejar, coordenar, executar, fiscalizar e controlar** as atividades potencialmente poluidoras e promover a conservação do meio ambiente, dos recursos hídricos estaduais e dos recursos naturais. Conta hoje com um quadro técnico de servidores efetivos, comissionados e em designação temporária e uma assessoria jurídica interna, realizando ações de licenciamento ambiental, gestão de unidades de conservação, combate a acidentes, fiscalização e educação ambiental.

Ao longo destes 16 anos, o IEMA se tornou uma das entidades ambientais estaduais mais respeitadas e atuantes no Brasil, com boas práticas de gestão socioambiental reconhecidas, tais como: O monitoramento da qualidade do ar, contando com Decreto relacionado a padrões mais restritivos que a legislação nacional, em concordância ao preconizado pela Organização Mundial da Saúde – OMS; existência de equipe de avaliação de impactos sociais e econômicos em processos de licenciamento ambiental de grandes projetos, com imposição de condicionantes com relevante potencial de promover mudanças na dinâmica econômica dos territórios e ampliação de espaços de participação social no acompanhamento das licenças ambientais; gestão e monitoramento dos impactos atuais e potenciais advindos do desastre ambiental de derramamento de rejeitos de mineração na calha e foz do rio Doce e zona costeira estadual.

Projeto de extinção e crescente sucateamento do IEMA

A proposta de um projeto de lei que seria encaminhado ao Legislativo que previa a EXTINÇÃO DO IEMA pretendida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA e Direção do IEMA surpreendeu a sociedade em pleno feriado de carnaval no início de 2017, na medida em que a referida proposta não foi precedida de qualquer debate com a sociedade civil organizada, entidades de classe, Ministério Público, tampouco a população em geral e os próprios servidores de carreira do Instituto, DESCUMPRINDO o Acórdão TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO nº 398/2013, onde várias determinações, opostas ao que preconiza esse Projeto, foram imputadas à SEAMA e ao IEMA, como realizar concurso, estruturar corpo jurídico e investir em infraestrutura física do órgão. Também o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pó Preto da Assembleia Legislativa do ES, concluída em outubro/2015, tem dentre suas RECOMENDAÇÕES o melhor treinamento, qualificação da mão de obra e serviços prestados pelo IEMA.

O Ministério Meio Ambiente preconiza uma governança ambiental descentralizada e participativa, conforme descrito na Nota Técnica nº 10/2016. Nesta Nota é citado ainda que “é preciso instâncias de articulação; espaços coordenados de diálogo e pactuação (...) e diretrizes claras e bem coordenadas de integração das políticas ambientais.”. Conclui ainda que a defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado em parte “não requer grandes mudanças estruturais e sim articulação, ação sinérgica e mudança de conduta, fatores improváveis de se instalarem sem uma coordenação qualificada tecnicamente...”. **Dessa forma, a intenção de extinção do IEMA e centralização das decisões, representou proposta contrária ao preconizado a nível nacional para a governança ambiental.**

O Projeto não foi encaminhado à Casa de Leis, motivado pelas pressões populares e institucionais da Sociedade Civil Organizada, visto que os servidores do IEMA se organizaram e mobilizaram dezenas de órgãos, conselhos, sindicatos, associações, ONGs, dentre outros, para, em apelo à Câmara dos Deputados, impedir que esse Projeto fosse direcionado à Assembleia.

Contudo foram empreendidas ações a toque de caixa, tal como a publicação do Decreto nº 4109 de 05 de junho de 2017, alterando organograma da autarquia, **que foi criada por Lei**, sem a participação ou legitimação da comissão de estruturação da autarquia, eleita em assembleia dos servidores e sem encaminhamento prévio à Assembleia Legislativa. Observa-se que está em curso o progressivo sucateamento da autarquia ambiental do Estado, que vem se concretizando, em suma, em:

- Não realização de concurso, anunciado e divulgado pelo governo em mídias oficiais e de imprensa privada, mas que não ocorrerá nesse ano eleitoral;

- Contratação de servidores em designação temporária e em comissão, enfraquecendo a perenidade da execução das políticas públicas;

- Perda de contratos de veículos e de motoristas profissionais, diminuindo ao mínimo a presença do órgão em vistorias técnicas e fiscalizações, reduzindo sua eficiência, o que traz visão negativa pela sociedade das atividades do órgão, gerando a ilusão de que o IEMA é ineficaz e dessa forma sua extinção pode ser aceita pela população;

- Influência política prejudicial da SEAMA junto ao IEMA, com a imposição dos formulários eletrônicos do Conecta Meio Ambiente, ineficazes, caros e com gestão de contrato pouco transparente, sendo que houve Prova de Conceito da empresa que foi reprovada pelos técnicos do IEMA, como consta do processo nº 55502199, em levantamento realizado no procedimento da conversão de multa e de e-mails trocados entre servidores envolvidos;

- Imposição política de assinatura de Termo de Compromisso com as poluidoras da ponta de Tubarão, recusada pela equipe técnica do setor da Gerência de Qualidade Ambiental e Coordenação de Qualidade do Ar, que foram inclusive extintos no IEMA;

- Influência da SEAMA na priorização de projetos e processos, atrapalhando a gestão do IEMA, conforme manifestado pelos coordenadores e gerentes do IEMA em Circular nº 001/2018;

- Constante postergação das reuniões do Conselho de Administração do IEMA, ocorrida somente há poucos dias, por atuação firme dos servidores e conselheiros para que ocorresse, após mais de 6 meses sem reuniões, o que descumpra a Lei nº 248/2002;
- Estrutura física precária, com prédios apresentando rachaduras estruturais (Prédio 1, Prédio 2, “Prédio” do jurídico, “Prédio” da Fiscalização, Casa atual do GRN, Auditório de educação Ambiental Maria Emília) alguns interditados (refeitório, sala do SISPAS) e/ou inacabados (nova “casa” do GRN), gerando desperdício de dinheiro público;
- Alteração da legislação de criação do IEMA Lei nº 248/2002 através de Decreto nº 4109/2017, usurpando a atribuição da Assembleia Legislativa e sem consulta efetiva aos servidores;
- Não cumprimento do Acórdão TCEES nº 398/2013 pelo IEMA e SEAMA, que cobra concurso adequado, reestruturação eficiente, fortalecimento do jurídico, medidas contra evasão de servidores (valorização e capacitação);
- Deterioração da Assessoria Jurídica do IEMA, que praticamente não tem mais servidores, gerando passivo de processos de defesa e de análises jurídicas para embasar as tomadas de decisões técnicas do IEMA, encaminhando processos à PGE por não haver outra forma, o que gera lentidão, imprecisão e ineficiência;
- Ausência de laboratório de análises físico químicas de contraprovas em fiscalizações;
- Discursos do governo perante a sociedade, onde estamos sendo caracterizados pelo chefe do executivo estadual como “**entrave burocrático**” e emissores de “**embargos de gaveta**”, conforme diário oficial, numa manifestação pública de completo desrespeito perante o servidor e o meio ambiente.

Diante do reconhecimento nacional do IEMA por suas boas práticas e do cenário de severa crise ambiental no estado, com a escassez hídrica instaurada, desastre ambiental do Rio Doce, gestão da qualidade do ar e avanço de novas epidemias, que carecem de atuação do IEMA em conjunto com outros órgãos e entidades, é esperado pela sociedade o seu fortalecimento e reestruturação para fazer frente às demandas em curso.

A existência de órgãos ambientais independentes representa um avanço na governança ambiental no Brasil, sendo que 70% dos estados brasileiros possuem a estrutura de execução do poder de fiscalização, licenciamento e conservação semelhante ao existente hoje no Estado do Espírito Santo, ou seja, Secretaria e Autarquia independentes e, no sudeste e sul do Brasil, esse percentual é de 100% (Fonte: ABEMA, 2017);

Qualquer movimento em favor do enfraquecimento ou extinção do IEMA é, portanto, um **RETROCESSO** à governança ambiental no Brasil. Os servidores do IEMA sempre irão se manifestar totalmente contrários a quaisquer propostas nesse sentido, ansiando sim por

investimentos em estrutura e melhorias nas condições de trabalho nesta autarquia, criada por lei específica para desenvolver atividade típica de estado, na prestação de serviços especializados para a sociedade.

O PSOL apoia integralmente a pauta apresentada pelos trabalhadores e trabalhadoras do IEMA no sentido de garantir a independência funcional em face das pressões sofridas por políticos e pelo poder econômico no exercício de suas funções públicas e se coloca parceiro na luta pela manutenção do IEMA, garantindo que no Governo do PSOL trabalharemos no sentido inverso do atual processo de sucateamento progressivo, reestruturando e fortalecimento das ações do Órgão de combate a degradação do meio ambiente pelo capital privado.

Propostas para revitalização do IEMA

- Auditoria do tribunal de Contas e Secretaria de Contas no processo do CONECTA MEIO AMBIENTE, financiado com recurso de conversão de multa (CONTRATO nº 5500042619/2016) e contratado com objetivo de sistematizar, rever fluxos e REESTRUTURAR a SEAMA, IEMA e AGERH (Agência Estadual de Recursos Hídricos);
- Melhoria da Estrutura física do IEMA, com reformas efetivas e finalização de obras inacabadas, com qualidade;
- Fortalecimento da assessoria jurídica do IEMA, com vagas no concurso para Agentes de Desenvolvimento Ambiental com formação em direito;
- Desvincular IEMA e AGERH quanto à questão do processo de promoção por seleção, para melhor independência das instituições;
- Retomada efetiva e com espaço adequado para as atividades do setor de autorização para uso de fauna, promovendo a legalidade dos usos de fauna;
- Resolução das questões envolvendo carência/ausência de apoios administrativos e motoristas do IEMA, que vem contribuindo para o enfraquecimento das atividades do órgão e conseqüentemente trazendo impactos negativos à imagem institucional;
- Reajuste salarial dos servidores para valorização e retenção dos profissionais gabaritados na autarquia, reduzindo evasão, conforme requer o Acórdão 398/2013.

3.8 Pelo efetivo reconhecimento do acesso a água e ao saneamento como direito humano fundamental

Um dos grandes desafios da sociedade brasileira e dos governos em todos os níveis é a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico entendido como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, manejo das águas pluviais e dos resíduos sólidos, conforme preconizado pela Lei 11.445/07 que definiu as diretrizes nacionais para o setor.

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) publicado no ano de 2018 com informações do ano de 2016, 83,3% da população total brasileira conta com abastecimento de água, sendo que na região norte esse número cai 55,4%, com relação ao esgotamento sanitário a situação é mais grave, apenas 51,9% do esgoto é coletado e do total do esgoto gerado 44,9% recebe algum tipo de tratamento. Novamente a região norte é a pior atendida com 10,5% e 18,3% respectivamente.

Defendemos, que a referida universalização do acesso, a todos os brasileiros e brasileiras, independente da sua capacidade de pagamento, só será possível com o fortalecimento do papel do Estado como indutor dessa política pública, estratégica para a garantia do desenvolvimento social e econômico, para a erradicação definitiva de doenças que voltam a acometer parcela da população e para a qualidade de vida do povo brasileiro.

Para se garanta o acesso aos serviços de saneamento é fundamental fazer valer os instrumentos legais construídos durante anos entre os vários agentes que atuam no saneamento no Brasil, como a Lei 11.445/2007 e o seu regulamento, a Lei 11.1107 de 2005, lei dos consórcios públicos, o Plano Nacional de Saneamento - Plansab, bem fortalecer o Ministério das Cidades e eliminar a dispersão das políticas de saneamento hoje presente em vários ministérios e órgãos do governo federal e sobretudo resgatar o papel do Conselho Nacional das Cidades e retomar a realização das Conferências Nacionais das Cidades que se constituem enquanto importantes espaços de controle social sobre as políticas urbanas, como saneamento, mobilidade, desenvolvimento urbano, e habitação.

Defendemos que a legislação brasileira se adeque à resolução da Organização das Nações Unidas – ONU, do ano de 2010 que declarou o acesso a Água e ao Saneamento um Direito Humano Fundamental. O Brasil é um dos signatários dessa resolução. Para caminhar nesse sentido deve-se desenvolver esforço para constar na Constituição Brasileira a Água e Saneamento Básico como Direito Social, Humano e Essencial – direito do Cidadão e dever do Estado (PEC 39/2007+PEC 213/2012 e PEC 93/2015+PEC 02/2016).

Além disso, o Governo deve agir de forma a garantir que a água seja reconhecida e tratada como um direito e não mercadoria. E dessa forma fortalecer a soberania nacional com relação a esse bem comum, tão estratégico para o desenvolvimento do planeta e da vida.

Repudiamos qualquer proposta de alteração nas legislações que afetem diretamente o saneamento básico e tudo que foi conquistado até hoje porque isso significa provocar um

profundo retrocesso e desestruturação do saneamento básico no Brasil que iniciava uma trajetória de melhora.

E é isso que assistimos hoje com o envio de uma Medida Provisória (MP) encaminhada pelo atual governo, provocando um verdadeiro desserviço para o saneamento básico. É tudo que o Brasil não precisa

Financiamento para o saneamento básico

É fundamental que as políticas de saneamento tenham recursos permanentes e que seja imediatamente retomada as linhas de financiamento sobretudo aquelas do Orçamento Geral da União – OGU como forma de garantir a execução dessa política por parte daqueles municípios mais pobres. É preciso retomar o planejamento presente no PLANSAB que previu investimentos da ordem R\$ 503 bilhões para universalização do acesso em 20 anos para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (300 bilhões e o restante para lixo e drenagem).

Saneamento e Recursos hídricos

Neste Governo Paulo Hartung a CESAN sofre o mais ousado e inescrupuloso plano de desmonte da empresa. Esta ação visa tão somente justificar a entrega deste patrimônio público ao capital privada da principal empresa de saneamento do Estado construída com dinheiro do povo capixaba.

Os principais elementos de diagnóstico que segue abaixo dão a nossa exata do quadro de desmonte gradual e progressivo da CESAN, empresa pública estratégica para garantir a universalização do saneamento básico (água e esgoto) para toda população, preservação dos mananciais e preservação do meio ambiente em geral.

- Processo de terceirização gradativa, principalmente numa área estratégica que é o atendimento aos usuários;
- Grau de avanço acelerado de privatização da empresa;
- Conjuntura interna muito difícil, precarização no atendimento e adoecimento dos trabalhadores;
- Aumento da margem de lucro das PPP's por meio da exploração dos trabalhadores. Demissão de 40% dos trabalhadores;
- Redução das equipes volantes para manutenção do sistema para uma vez por semana;
- Abandono das estações;
- Barragem do Rio Jucu, projeto impactante para a população local, não foi discutido com a Comunidade. Existe apenas um “**projeto de gaveta**”;

- Em vez de diálogo e tratativas com a Comunidade o governo optou pela judicialização das indenizações das propriedades com e/ou sem escritura;
- Política de Estado para construir 100 grandes barragens para favorecer a grande capital, o agronegócio e o latifúndio em vez de construir 1000 barragens para pequenas propriedades;
- O atual quadro funcional da CESAN é o seguinte: 1400 trabalhadores/ras concursados e 3000 terceirizados. Está terceirizado o quadro de trabalhadores/ras vistoriantes em todo interior do Estado

Propostas

- Trabalhar na perspectiva da universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, na qual nenhuma família do Estado pode prescindir de ter acesso ao abastecimento de água, 24 h por dia, 365 dias por ano em quantidade e qualidade adequada; à coleta e ao tratamento de esgoto e à coleta e a destinação adequada do lixo e ao manejo das águas pluviais;
- Buscar garantir, através de parcerias com o Ministério Público, Defensoria Pública, com envolvimento dos movimentos populares, abastecimento de água, coleta de esgotos e de resíduos sólidos em prédios e áreas ocupadas como forma de garantir o direito humano a água e ao saneamento evitando assim proliferação de doenças;
- Valorizar e incentivar a criação e o papel dos instrumentos de controle social relacionados à política de saneamento básico;
- Fortalecer o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e garantidor das políticas de saneamento básico no Estado do Espírito Santo;
- Reinvestir os Juros sobre Capital Próprio (dividendos) do Estado em ações de Saneamento Básico.
- Promover reestruturação tarifária na CESAN que permita garantir, a ampliação da população atendida com a tarifa social e ao mesmo tempo garantir tarifas que incentivem a indústria e o comércio na perspectiva do desenvolvimento econômico e social no Estado;

- Desenvolver programas que incentivem a redução do consumo.

3.9 HABITAÇÃO

Hoje no Espírito Santo, marcadamente na Região Metropolitana da Grande Vitória, não se faz habitação para o povo, mas para o mercado.

A política habitacional capixaba está a serviço dos interesses de grandes construtoras e de especuladores. Não existe um planejamento socioambiental comprometido com a gestão democrática dos territórios que garanta a função social da propriedade.

O mercado imobiliário é que decide quais são as prioridades das cidades. Em consequência disso, nas regiões metropolitanas do estado, o número de imóveis vazios, ociosos ou subutilizados, é igual ou superior ao número de famílias sem teto ou morando em condições inadequadas.

Queremos construir uma política habitacional voltada para a integração regional e o desenvolvimento comunitário. As terras públicas do estado serão destinadas prioritariamente para programas de moradia popular e iremos garantir mecanismos de regularização fundiária e controle da valorização da terra.

Propostas e compromissos:

- Inventariar e mapear o patrimônio imobiliário do Governo do Estado e criar um banco de terras e imóveis estadual visando o estabelecimento de mecanismos de controle da valorização da terra, fomento a projetos habitacionais e de serviços públicos no interior;
- Aumento da provisão orçamentária do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Espírito Santo (FEHAB) para que, em cooperação com os municípios, possam garantir financiamento mínimo adequado para construções de moradias populares.
- Definir uma estratégia de regularização fundiária e fiscalização ambiental de propriedades rurais, industriais e florestais nas franjas da malha urbana e em áreas em processo de urbanização;
- Desenvolver uma estrutura para prestar suporte técnico qualificado aos municípios mais pobres e com dificuldades para formulação de planos diretores participativos e ordenamento territorial municipal;
- Construir indicadores que sirvam de parâmetro para a avaliação das condições de habitabilidade e orientem a atuação das equipes de campo (municipais e estaduais) na construção de projetos físicos nas comunidades;
- Regularizar o aluguel social enquanto benefício **emergencial e provisório** exclusivo para situações de calamidade pública;

- Criar um programa estadual de assistência técnica para a requalificação sanitária das favelas, loteamentos, assentamentos rurais, comunidades tradicionais e ocupações organizadas

3.10 SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL

Defendemos um Sistema Financeiro Estadual Público, forte, a serviço do povo capixaba, a serviço do desenvolvimento econômico e social de toda a população, em todas as regiões do estado, respeitando a nossa cultura, nossas identidades, nossas vocações, e nossa diversidade. Nesse sentido, nossos compromissos:

1. Manter o Sistema Financeiro Estadual Público – Banestes e Bandes – fortalecendo-o como ferramenta para potencializar o desenvolvimento regional, com justiça social e distribuição de renda; e como instituições que interiorizem e diversifiquem o crédito como política estadual de desenvolvimento econômico.
2. Enviar, logo no início do mandato, mensagem à Assembleia Legislativa para assegurar ao Governo do Estado o controle acionário do BANESTES, detendo, no mínimo, cinquenta e um por cento das ações, com direito a voto, das instituições integrantes do sistema financeiro estadual, independente das transformações jurídicas que nelas venham a ocorrer. E a inclusão na Constituição Estadual a realização de plebiscito pela Assembleia Legislativa para consultar os cidadãos espírito-santenses sobre autorização ou não para eventual venda do Banco do Estado do Espírito Santo.

No que diz respeito à relação com os funcionários do Sistema Financeiro Estadual, nos comprometemos a:

1. Manter os canais de negociação de acordos coletivos, além de outros temas de interesse dos funcionários, mantendo assim um diálogo permanente com a representação dos trabalhadores e os funcionários do Banestes e Bandes.